

**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA, DA
CIDADANIA, DA PARTICIPAÇÃO E DAS QUESTÕES SOCIAIS**

**PRESIDENTE
DEPUTADO CARLOS BEZERRA JR. – PSDB**

10/06/2015

CDDPHCPQS

BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA.

10/06/2015

O SR. PRESIDENTE CARLOS BEZERRA JR. – PSDB – Nós solicitamos ao secretário dessa Comissão que deixe o vídeo ilustrativo no ponto para que a gente possa mostrar aos deputados o caso que a deputada Beth Sahão traz a essa Comissão.

Aliás, eu queria aqui lamentar profundamente o fato de que o representante do Facebook e do Google, os representantes dos mesmos se recusaram a ser notificados, a aceitarem a notificação do convite desta Comissão. E a resposta dada aos deputados e à Assembleia Legislativa é que eles só virão aqui com notificação judicial.

Então, além de lamentar o fato, eu penso que ao final da sessão nós poderemos nos reunir e avaliar a decisão a ser tomada, mas sabiamente a deputada Beth Sahão faz a escolha de colocar aqui, deixar o espaço claro, da cadeira vazia, ao Facebook, e cadeira vazia ao Google.

O que demonstra, lamentavelmente, a maneira com a qual essas empresas tratam os cidadãos. Quer dizer, o convite que foi enviado é um convite para se fazer um diálogo, um debate sobre o que está acontecendo, e a gente lamenta profundamente o fato de que na primeira audiência pública dessa Comissão tenhamos esse tipo de posicionamento.

Mas eu vou dizer uma coisa, eu acho bom que isso aconteça. Isso aconteceu aqui há dois anos atrás, a mesma coisa aconteceu, talvez o deputado Hélio Nishimoto se lembre, mas aconteceu com a Zara. A deputada Beth Sahão também estava aqui, no momento em que surgiram as primeiras denúncias de exploração de trabalho escravo pela Zara. E eles, da mesma forma, se recusaram. Eles voltaram aqui depois, foram ouvidos em audiência pública, e depois se sentaram aqui também em uma CPI.

Então, o fato é que eu diria, deputada Beth Sahão, eu diria que isso é um bom indício, a senhora deve continuar insistentemente o seu trabalho, a senhora tem o apoio desta Comissão, de todos nós, e eu tenho certeza que os responsáveis por essas empresas aqui virão para minimamente esclarecerem o tipo de abuso a que são submetidas essas garotas, e a darem explicações a essa Casa, aos deputados, enfim, à sociedade paulista.

Sem mais delongas, eu gostaria de, nesse momento, passar a palavra para a deputada Beth Sahão, para que ela pudesse fazer um apanhado geral, eu não sei se a deputada prefere que a gente ilustre com o vídeo primeiro antes da sua fala ou depois da sua fala. Vossa Excelência tem liberdade.

A SRA. BETH SAHÃO – PT – Primeiro eu queria cumprimentar o presidente dessa Comissão, deputado Carlos Bezerra, aos demais deputados, ao Hélio, a Clélia, a Marta. E a todos vocês presentes a essa audiência.

Dizer que ela é resultado de uma denúncia que nós recebemos, fomos procuradas em razão de problemas que vinham acontecendo de exposição de meninas principalmente no bairro do Grajaú.

E que algumas dessas meninas, após essa exposição, não teriam suportado a pressão familiar e a pressão social e teriam sido levadas ao suicídio.

Fato este que nós estamos tentando... contactamos a escola, contactamos a unidade básica de saúde do bairro, os movimentos dos bairros, foram eles quem nos trouxeram isso, inclusive. Infelizmente ainda não chegaram. Espero que eles cheguem a esta audiência.

Mas isso, deputado Carlos Bezerra, acabou nos estimulando a procurarmos saber um pouco mais dessa situação. E nós fomos levantando isso na internet. Para vocês terem uma ideia, um site chamado Safer Net Brasil recebeu e processou 189.211 denúncias anônimas envolvendo 58.717 páginas onde havia registro desse tipo de imagem, muitas delas, inclusive, levando a pornografia infantil.

Eu pedi, esses dias, ao meu assessor, que está aqui presente, o Rodriguinho, eu falei: “Rodriguinho, entra, por favor, no Google para mim e procura, coloca lá, Top 10, Top 20, Top 25, Top 50”, falei “coloca tudo isso”. Ele colocou. Entraram alguns. Eu falei: “Adicione alguns termos”, eu não quero reproduzir os termos aqui, porque são termos muito fortes. Ele adicionou. Surgiram 400 mil. Muito. Nós elencamos aqui 20, relação de vídeo sobre top 10.

Vocês me perdoem a grosseria dos termos, mas nós estamos em uma Comissão de Direitos Humanos, eu sou obrigada a reproduzir aqui algumas coisas. “As putinhas top 10”. Aparentemente haviam postado um vídeo anterior com conteúdo difamatório que certamente provocou indignação. Aí tem mais uma série de coisas que eu vou dispensar a leitura.

“E.E João Ramalho, a Escola Estadual João Ramalho, Top 10”. Há duas escolas com este nome, sendo uma de São Bernardo do Campo e outra de Diadema. Neste caso, o vídeo se resume a reproduzir fotos de meninas e divulgar seus nomes. Só que a trilha sonora escolhida é Chula, um funk cujo o refrão é: “sobe o bumbum, desce o bumbum”. Terceiro: “puta de Itaquá”. Vídeo direcionado a uma vítima específica, uma garota chamada Carol, aparentemente moradora de Itaquaquecetuba. Quarto: “Top 5, vagabundas”. Vídeo com trilha sonora de funk que começa da seguinte forma... eu não vou ler. Dispensio.

“Top 9 – as vagabundas da quebrada”. Este teve a trilha sonora degradante, bloqueado pelo Youtube. O Youtube ainda bloqueia. Bloqueia mais que o Facebook e a própria Google.

“Top 10 – Arcângelo Sforcim”, deve ser assim, também é uma escola estadual, é uma escola estadual. No jardim Cruzeiro do Sul, na capital. Segue o mesmo esquema. Funk de sexo explícito. Top 10 das meninas, similar aos demais, local não identificado. “Top 10 de Itaquá”, esse é outro de Itaquaquecetuba também, mas diferente daquele. Top 10 de Pirapora, volume 5. Já está no volume 5. Parece ser de Pirapora de Bom Jesus, na Grande São Paulo. Porque nem todos é muito claro a identificação, às vezes a gente tem dificuldade.

“Top 10 – Peri Alto”. Similar aos demais, vítimas do jardim Peri Alto, Zona Norte de São Paulo. “Top 10 do Terezinha”, não conseguimos identificar o local exato. “Top 10 do Wallace Marques”, vítimas são da Escola Estadual Prof. Wallace Marques, no jardim Buenos Aires, na capital.

“Top 10 – Macedão”, da Escola Estadual Vereador Antônio de Ré. Conhecido como Macedão de Guarulhos. “Top 10 – Maria Leoni”, parece ser da Escola Estadual Maria Leoni. “Top 15 – Fadlo Haidar”, funk de sexo explícito, comentários degradantes sobre as vítimas. Similar também aos anteriores, da escola do mesmo nome.

“Top 16, de Itaquera”, na grande capital. “Top 20, as meninas da Malvina”. Há uma escola chamada Malvina Leite Silva em Caçapava, São Paulo. E “Top 25, Madre Paulina”. Há uma escola estadual no Itaim Paulista, na capital, que foi eleita, em 2011, como a pior escola de São Paulo. Esse vídeo deve ser de lá.

Essa escola, para vocês terem uma ideia, teve uma baile funk na hora da aula. Escola Estadual Madre Paulina. É no Itaim Paulista.

Eu vou pôr aqui, gente, porque eu acho que às vezes as pessoas não tem noção. Nós começamos a entrar em contato com essa realidade e a gente começou a ver coisas que vocês não têm noção, é inadmissível. Hoje ainda eu estava conversando com uma moça. Ela é maquiadora. Ela me disse que a filha dela estuda em uma escola particular. E nessa escola particular também, uma menina de 12 anos, que estava namorando um outro menino, e que tiveram uma relação sexual, e isso virou conversa na escola inteira. E a menina também não suportou, 12 anos, ela se cortou inteira. Braço inteiro ela se cortou.

Então a realidade está muito dura. Está muito difícil. Nós sabemos que a sexualidade hoje, a juventude é cada vez mais precoce. A USP, inclusive, divulgou uma pesquisa na semana retrasada com dados importantes nesse sentido, que demonstram isso, como a sexualidade se tornou algo precoce. Só que uma sexualidade que está sendo praticada sem qualquer orientação, sem qualquer cuidado, sem qualquer noção. Expondo, sobretudo, as mulheres, que já começam a receber essas práticas machistas desde muito cedo, e sexistas.

Então vamos passar só um pouco, não vou passar o vídeo inteiro, porque é um vídeo muito pesado, mas para as pessoas, às vezes, terem um pouquinho de noção. Eu pediria, tem muita gente da imprensa aqui... é de uma escola de Guarulhos. Às vezes aparecem as fotos, então eu pediria que, por favor, que não fosse fotografado nem filmado esse vídeo, embora ele esteja nas redes, nós também gravamos isso das redes sociais, mas não queremos ter mais um elemento que reproduza isso.

O SR. PRESIDENTE CARLOS BEZERRA JR. – PSDB – Aliás, um minuto antes do vídeo ser passado, só para contextualizar, junto com as informações que a deputada Beth já trouxe, só para contextualizar os deputados, as assessorias, a imprensa, quem está aqui, eu acho que é importante só destacar algumas informaçõezinhas aqui, algumas informações são básicas, mas são importantes para que vocês possam ver o vídeo que traz a deputada Beth a essa Comissão.

Falando especificamente sobre o caso a ser tratado hoje na nossa audiência pública. Meninas do Grajaú e outros bairros da zona sul tentaram suicídio após serem difamadas em lista. Uma lista chamada Top 10, que é essa que várias vezes a deputada Beth aqui citou, em que alunas de escolas públicas são difamadas por colegas com montagem fotográfica ou fotos enviadas para ex-namorados, motivou

tentativas de suicídio de pelo menos 12 meninas nos bairros do Grajaú, Parelheiros e na cidade de Embu das Artes.

Os meninos ou outras meninas com intuito de vingança, montam rankings classificando 10 meninas da região como “vadias”. Depois, a lista com as imagens circula pelo Whatsapp, vídeos no Youtube, Facebook, cartazes colados em algumas das escolas e pichações nos muros dos bairros.

As escolhidas que se mantêm nesse ranking de desonra, por mais de uma semana, vão subindo de colocação. Apesar de não terem cometido nenhum crime, a vida dessas meninas se torna uma prisão, pois elas se trancam em casa, com medo, algumas já tendo chegado ao cúmulo – como aqui já disse, de tentar o suicídio – aos poucos, a sociedade começa a reagir. O movimento social Mulheres na Luta realizou um grafite para apagar as pichações difamatórias. Elas estão aqui, elas vão falar.

Uma das vítimas da difamação relatou ao site R7, do grupo Record, a sensação que é se viver com medo após esse tipo de coisa que vai ser mostrado aqui. Ela diz o seguinte: “de um dia para o outro, todo bairro me conhecia e me apontava como piranha. Eu estava em sexto lugar no top 10, com o argumento que eu me achava e pagava de gostosa na escola. Depois as minhas amigas saíram no top 10. Daí da b... para o namorado e deixa o c... para os moleques na rua. Pior que foram as minhas amigas que eram lésbicas e os pais não sabiam e fizeram uma lista disso tudo. Todo mundo ficou sabendo. Quem quer ir para a escola depois disso? Essa é a minha pergunta”.

Enfim, são informações só para contextualizar.

Apresentação do vídeo Top 10

A SRA. BETH SAHÃO – PT – O vídeo é mais longo do que isso. Talvez não deu para vocês lerem toda a frase inteira, mas deu para ver a maneira como os meninos se referem às garotas.

Provavelmente essas fotos eles tiram da própria capa dos facebook dessas meninas. Lamentavelmente, os representantes das principais redes não vieram, e nós vamos tentar, inclusive, como disse o deputado Carlos Bezerra, trazê-los.

Mas o motivo dessa audiência aqui é debater esse assunto, e não só isso, mas encontrarmos algumas alternativas para podermos lidar com essa realidade chocante que pega todos nós, de certo modo, até desprevenidos um pouco, porque as redes sociais trazem essas mudanças de comportamento, que eu acho que nós não estamos tão acostumados assim. E precisamos discutir isso, encontrar respostas para isso, envolver novos agentes. Hoje ainda estava pensando em trabalhar também com a Secretaria Estadual de Educação, porque a escola vai ter que ter um papel fundamental nisso. A Secretaria Estadual de Saúde, porque aí também tem um problema de saúde pública e a própria Secretaria Estadual de Justiça porque tem uma questão de direitos humanos e desrespeito flagrante aos direitos humanos.

Então é isso. Vamos chamar agora os convidados, não é, presidente?

O SR. PRESIDENTE CARLOS BEZERRA JR. – PSDB – Eu proporia a seguinte dinâmica, se assim os deputados concordarem. Eu proporia a seguinte dinâmica do nosso debate, nós temos cinco convidados confirmados. Eu proporia que cada um dos convidados fizesse uso da palavra por 10 minutos, comentando o caso, expondo suas opiniões e a partir daí nós estabeleceríamos, então, um debate onde poderia trabalhar.

Eu vou convidar, então, a Tati Preta Soul, da Coletiva Abayomi Aba. Tatiana Rodrigues.

Quero registrar a presença, nesse momento, do deputado André Soares. Bem-vindo, deputado. Tati, você tem a palavra por 10 minutos. Também registro a presença do deputado Celino Cardoso, companheiro de bancada.

A SRA. TATIANA RODRIGUES – Boa tarde. Eu sou Tatiana Rodrigues, como já fui apresentada, sou do Cedeca Interlagos, onde represento na Coletiva Abayomi Aba pela Juventude Negra Viva.

A gente acha importante a repercussão que se deu o top 10, assim, o que a gente chamou, a partir do que a gente foi escutando dentro desse coletivo. A gente é da região de Parelheiros, extremo sul da cidade. Esse coletivo, eu vou um pouco pensando no que a gente queria trazer, o coletivo, porque ele não é um coletivo feminista, ele é um coletivo com foco no genocídio da população pobre, negra e periférica. A gente traz temas de feminismo, machismo. Mas o nosso foco não era esse.

Dentro desse coletivo, a gente tem várias pautas, as quais a gente faz várias intervenções, faz saraus, e em março, a gente conversando no que a gente poderia pautar de sarau no mês de abril, e aí o coletivo trouxe as discussões do bairro onde a gente atua, do top 10, que estava acontecendo desde novembro de 2014, onde a gente escutou alguns depoimentos, porque são pessoas que são do bairro onde a gente mora, onde a gente atua profissionalmente, e aí o grupo achou que era importante a gente chamar um sarau aberto, até porque ninguém é especialista do caso, mas da gente prorear um pouco do que é isso que está acontecendo na região, sendo que esse coletivo, ele atua na região de Parelheiros, a gente tem militantes no coletivo que atua em outras regiões, inclusive no Grajaú. Então da importância de conversar sobre isso.

Então a gente chamou esse sarau, onde tiveram pessoas de escolas, pessoas de outros movimentos da região e a gente pautou isso, a gente não passa vídeo porque a ideia não é expor ainda mais as meninas, porque a ideia nunca foi de criminalizar quem fez os vídeos, porque a gente tem dados, pelo que a gente vai um pouco observando, que são adolescentes, então a gente entende o adolescente nesse lugar de vítima dessa sociedade machista que ele está inserido, então a gente não encaixa ele nesse lugar. Então a proposta era problematizar esse tema e a partir disso a gente ir fazendo essas conversas nos espaços onde o adolescente está inserido.

A gente não participou da atividade do grafiteiro até porque, como eu disse, o coletivo ele não tem isso como pauta, mas realizamos esse sarau, embora a gente seja parceiro desse coletivo, que é o Mulheres na Luta, e aí a gente um pouco foi pensando que a gente foi bastante demandado pela mídia, inclusive.

Então nós, como Cedeca Interlagos, hoje, a proposta é que a gente se empodere mais desse assunto para que a gente possa fazer, mais para frente, uma atuação. A gente tem um serviço de proteção à criança e ao adolescente vítima de violência dentro do Cedeca. Possivelmente esse grupo é quem vai poder trabalhar com mais, como eu posso dizer? Mais efetiva por ter profissionais, psicólogos, assistentes sociais, por exemplo.

Nós, na condição de educadores, a gente faz o trabalho, mas não atende, por exemplo, as meninas vítimas de violência.

Então é isso, um pouco do que eu tenho para falar, da importância do fato de estar se discutindo isso, de poder pensar ações dentro desses bairros. Era importante que o Google, o Youtube e o Facebook estivessem aqui, o Whatsapp principalmente. Diante de todas as páginas que são postadas, que estão linkadas ao top 10, a gente não

consegue fazer denúncias via internet, são bloqueadas. No Youtube mesmo a gente tentou, nessa semana, por diversas vezes fazer denúncias de alguns vídeos do top 10 e a gente não conseguiu.

O SR. PRESIDENTE CARLOS BEZERRA JR. – PSDB – Como não conseguiu? Explica isso um pouco melhor para gente.

A SRA. TATIANA RODRIGUES – Ele não dá opção. Então tem lá: “denunciar o vídeo”. E aí você não consegue denunciar o vídeo como pessoa física. No campo que dá para você fazer isso ele não está liberado para você clicar, então você não consegue denunciar.

No Facebook a gente denuncia e a resposta que a gente tem é que isso não fere as leis e o que o Facebook entende por infração.

A SRA. BETH SAHÃO – PT – Quando tem, é um vídeo como esse que nós acabamos de mostrar. No Facebook a resposta é essa?

A SRA. TATIANA RODRIGUES – É. Ele diz que não está infringindo nenhuma regra ou lei do Facebook. Então era um pouco disso assim.

A SRA. BETH SAHÃO – PT – Lá no bairro do Grajaú, eu entendi a proposta do coletivo de vocês, mas quem, no caso dessas meninas que foram agredidas, quem pode cuidar disso? Quem as atendeu, deu suporte, deu apoio? Ninguém? Só vocês?

A SRA. TATIANA RODRIGUES – Ninguém. Quem visualizou isso foram os coletivos da região. Até porque é isso. Como falar disso para não expor ainda mais? A gente teve algumas mídias que compareceram aos nossos saraus e a forma que foi publicada foi de uma forma muito evasiva, mostrando fotos, simplesmente com uma tarja preta na cara da menina. E a gente falou: “olha, isso não é legal, quem já viu o vídeo identifica na hora quem é a adolescente”. Então a ideia mesmo era problematizar. Nenhum ator fez essa discussão, as escolas não estão mesmo preparadas para fazer este tipo de discussão diante, inclusive, dos casos de violência sexual, sempre procura alguém da assistência social para poder atender. Então não se tem.

A SRA. – Pela ordem. Desculpe, eu não entendo quando ela quer dizer coletivos.

A SRA. TATIANA RODRIGUES – O que são os coletivos? A palavra coletivo é um conjunto de pessoas. Em Parelheiros a gente tem um grupo de pessoas que a gente se reuniu para poder falar sobre o genocídio da população pobre, negra e periférica. A partir dessa discussão, dessa pauta, a gente identificou pessoas do bairro, e são vários coletivos de várias regiões.

A SRA. – Agora entendi, obrigada.

O SR. PRESIDENTE CARLOS BEZERRA JR. – PSDB – E as meninas têm procurado vocês, preferencialmente?

A SRA. TATIANA RODRIGUES – Não.

O SR. PRESIDENTE CARLOS BEZERRA JR. – PSDB – Como é que tem sido isso? Como é que tem sido o fluxo, o encaminhamento dessas coisas? Ou seja, a imagem das meninas aparece, ou seja, disseminada pelo Whatsapp ou pelo Facebook, enfim, ela ganha as redes sociais, aquilo toma proporção, especialmente ali na região, todo mundo se conhece, as redes, está todo mundo interconectado, elas se sentem agredidas, lógico. E aí? O que é, em geral, que elas têm feito?

A SRA. TATIANA RODRIGUES – É muito difícil a gente encontrar as meninas. Por quê? Porque é isso. A partir do momento que a sua foto sai nos vídeos tem uma coisa dela se recolher, e inclusive sair do bairro onde elas estão, porque é isso, é uma exposição muito grande. Como lidar com isso dentro da sua casa, dentro da escola, nos espaços onde você frequenta?

Então é muito difícil a gente encontrar. O que a gente encontra, às vezes, é quem está muito tranquilo com essa situação, que já até fez um vídeo e postou falando: “olha, eu não sou isso que disseram e não me afetou. Eu estou aqui para provar que eu não faço parte disso”.

A SRA. BETH SAHÃO – PT – Deputado Carlos Bezerra, tem um outro coletivo, eu acho que elas poderiam complementar um pouco e enriquecer um pouco mais a fala da Tati já indo nessa linha e aí a gente já ouviriam eles e têm outras pessoas que estão aqui também...

O SR. – Pela ordem, senhor presidente. Pedir permissão para me ausentar alguns minutos, a Comissão de Assuntos Metropolitanos está iniciando, para eu dar quórum lá. Por gentileza, muito obrigado.

A SRA. BETH SAHÃO – PT – Então poderia ouvir, não é, deputado Carlos Bezerra?

O SR. PRESIDENTE CARLOS BEZERRA JR. – PSDB – Quem é o outro coletivo que está aqui? Mulheres na Luta? Então eu convido para que a representante do Mulheres na Luta também venham aqui na mesa com a gente.

Se pudessem disponibilizar um microfone daqueles sem fio. Os deputados que precisam ir às outras comissões também fiquem à vontade. A gente só não faz questão que fique vazia durante toda sessão para que seja fotografada.

A SRA. BETH SAHÃO – PT – A não ser que alguém da Google chegou aí, ou do Facebook.

O SR. PRESIDENTE CARLOS BEZERRA JR. – PSDB – Nós também temos esperança, deputada Beth Sahão, de que alguém vá chegar, que a consciência vá atingir alguém.

A SRA. BETH SAHÃO – PT – Deputado Carlos Bezerra, ia falar para Tati que nessa última colocação dela ela diz que as meninas se retraem imediatamente. Quer dizer, nós temos aí também, além da violência sexual, nós temos um bullying. Nitidamente são condutas que nos remetem a pensar que está ocorrendo um bullying. Por quê? O bullying leva a isso. Leva a essa humilhação, leva a essa retração, leva a pessoa a ter atitudes mais duras consigo mesmo, de autopunição. Então a gente tem que também levar em conta isso.

A gente que tem discutido muito a questão do bullying aqui na Assembleia, inclusive em outras audiências, outros trabalhos, mas é também uma coisa que é a se pensar. E nós temos que cuidar disso antes que isso se volte contra a própria comunidade, contra a própria sociedade.

Às vezes as pessoas se voltam contra elas próprias, mas depois elas podem se voltar contra a própria sociedade.

A SRA. ÉRICA SANTANA – Eu sou Érica, sou do coletivo Mulheres na Luta.

O SR. PRESIDENTE CARLOS BEZERRA JR. – PSDB – Isso que eu ia pedir. A deputada Beth pediu, mas eu queria só reforçar, fala seu nome completo, a idade e a entidade que você representa, enfim, o básico de informação para gente registrar.

A SRA. ÉRICA SANTANA – Eu sou a Érica Santana, eu tenho 29 anos e faço parte do coletivo Mulheres na Luta, que é um coletivo feminista e que acabou dando início ao grafitaço por conta de toda essa história do top 10.

Eu só queria pontuar com relação ao que a deputada falou, que é o bullying mesmo e não é só a questão de sexualidade, é a gordofobia, é homofobia, e atinge também os meninos, e racismo também, eles falam da cor das meninas, de uma forma totalmente pejorativa, das medidas, da gordinha, é a mais gordinha da escola e os meninos também estão sofrendo com o top 10, com relação a bullying também. Não são só as meninas.

Só vou complementar sobre...

O SR. PRESIDENTE CARLOS BEZERRA JR. – PSDB – Vocês receberam queixas lá?

A SRA. ÉRICA SANTANA – Sim. Como eu sou professora da rede pública, eu conheço alguns casos. E aí a gente acaba levando essa discussão para a escola também, eu acho que é papel do professor e da educação, uma pena não ter um representante da educação aqui hoje, nem da saúde. E a gente leva, eu acabo comentando em sala de aula e é muito popular no meio dos adolescentes o top 10, no

nosso meio não é tão popular assim, mas quando a gente fala: “ah, então, vocês conhecem o top 10?”, “conhecemos, conhecemos”.

Tanto que eu descobri, no caso dos meninos, o top 10, por conta que eles comentaram. Até então eu imaginava que eram só as meninas. Mas os meninos também sofrem com relação ao top 10.

E aí a gente abre a discussão e aí vem várias declarações, que a prima entrou no top 10, que a própria aluna entrou no top 10, que o rapaz entrou para o top 10. E você começa a saber casos e casos. E aí é muito grave isso.

Pelo menos assim, pelo nosso coletivo, pela gente, a gente está tentando levar a conversa para a rede pública de ensino. Porém, a escola não tem capacidade alguma para discutir tal situação como entre outras assim.

A SRA. BETH SAHÃO – PT – Então, na sua opinião, não há nenhum trabalho não só de cuidado... se não tem de cuidado, muito menos de prevenção. Não tem nada? Nem nas unidades básicas de saúde? Nem nas escolas? Se tiver alguma coisa, tem por parte de organizações...

A SRA. ÉRICA SANTANA – Serviços conveniados. O que a gente soube, em uma informação da DRE, que são as Diretorias de Ensino, que em cada DRE vai ser instalada uma equipe de profissionais, psicólogos, pedagogos e assistentes sociais. Essa equipe vai trabalhar com casos de violência sexual dentro das escolas. Porque é isso, a escola nunca sabe muito como lidar com isso, e por não saber lidar, prefere não dialogar com esse tema, enfim.

O que a gente sabe dessa equipe que está se formulando nesses espaços, mas que ainda é uma coisa prematura, que está pegando corpo.

Só mais uma informação, o que a gente percebe, para além dos adolescentes que aí acabam por ter essas ações, ter esses gestos meio que machistas, desde vídeos a questão do racismo, enfim; a gente percebe que os próprios profissionais que estão nesses espaços também não enxergam esses adolescentes como vítima. E acaba fazendo esse discurso machista ainda mais: “ah, merece mesmo estar nesse vídeo. Olha a roupa que ela está usando!”.

Antes da gente pensar nessa coisa de punição, acho que nem é esse lugar que a gente tem que pensar, mas de como esses profissionais recebem isso e acaba por expor ainda mais e colocar o seu valor em cima do valor do outro.

A SRA. BETH SAHÃO – PT – Érica, na sua opinião também, as escolas você disse que não estão preparadas e que não tem nada, quer dizer, o que ficou lá na região – tanto lá quanto em todos os lugares – é a boa vontade de organizações como a de vocês, que na verdade são coletivos, alguns são coletivos, outros são ONGs, mas que tem, no fundo, o mesmo objetivo, que é de poder dar suporte para as pessoas nos seus mais diferentes seguimentos.

No seu caso, você tem mais ligação porque sua entidade é uma entidade voltada para mulher.

A SRA. ÉRICA SANTANA – Isso, isso. Como o coletivo Mulheres na Luta trabalha a questão de gênero e sexualidade dentro da periferia e dentro das escolas, a gente conseguiu essa abertura esse ano para trabalhar essa questão do gênero dentro da escola em formação com os professores. Porque é o que a Tati falou, o profissional da saúde, por incrível que pareça, ele não entende a situação do adolescente, ele não entende a situação dos familiares, porque imagina a mãe ver um vídeo da filha em tal situação, é um pouco complicado. E eles não querem, eles batem o pé e: “eu não vou fazer atendimento com a família. Eu não vou fazer atendimento com essa menina porque ela merece estar no top 10”. Então espera aí, merece como? Por quê?

Não procura saber como essa adolescente chegou no top 10. Se ela quer estar no top 10. Como a rede social ela é aberta, o que acontece muito, o que eu ouço falar, eles pegam a foto da menina, colocam lá e escrevem o que querem. Não é que a menina quer estar no top 10. É um pouco complicado.

A SRA. BETH SAHÃO – PT – Essa falta de preparo de profissionais que atuam na área pública, seja na saúde, seja na educação, é uma coisa que nós também podemos intervir através de ofícios, através de projetos, através de campanhas, através de uma série de ações que eu acho que a Comissão pode propor aqui, não é, deputado Carlos Bezerra?

O SR. PRESIDENTE CARLOS BEZERRA JR. – PSDB – Concorde. Acho que ao final nós poderemos fazer aqui alguns ofícios perguntando às Secretarias que medidas estão sendo tomadas nesse sentido, no sentido preventivo, da capacitação e sensibilização dos profissionais envolvidos. Eu acho que é importantíssimo o que

vocês estão colocando aqui. Enfim, eu acho que essa é uma medida concreta que essa Comissão vai tomar, sim.

A SRA. BETH SAHÃO – PT – Eu acho que as escolas públicas, e as escolas de modo geral, a educação de modo geral, pressupõe que você, a partir do momento que houve avanços nessa questão de gênero, pressupõe que tudo está resolvido, e nem tudo está resolvido, muito pelo contrário.

Nós estamos nos deparando agora com uma realidade muito dura, difícil, que demonstra que as questões de desigualdade de gêneros, elas se refletem, se manifestam de uma forma extremamente violenta, e, sobretudo, com os nossos adolescentes, com os nossos jovens.

E contamina aqueles que deveriam ter uma ideia diferente. Então o agente de saúde ele vira e fala: “não, mas ela merece estar”. Às vezes, certamente, tem professores que fala: “não, ela merece. Por que ela foi usar esse short tão curto?”.

Então em uma concepção completamente equivocada, ninguém merece sofrer, ninguém merece estar exposto a situações constrangedoras, ninguém merece estar exposto a situações humilhantes. Então eu acho que essas questões precisam ser abordadas cada vez mais e precisam ser cuidadas.

De parte da nossa Comissão, eu tenho certeza que ela vai atuar firmemente. E, inclusive, eu acho que a gente poderia até, deputado Carlos Bezerra, fazermos também algumas visitas a estes bairros, algumas escolas, conversarmos um pouco, é sempre bom oxigenar, sairmos daqui e irmos atrás dos problemas, conhecermos eles um pouco mais de perto.

O SR. PRESIDENTE CARLOS BEZERRA JR. – PSDB – Tem algo mais? Pelo tempo aqui dessa introdução, está encerrado.

Tem algo mais que vocês gostariam de colocar, acrescentar?

Eu vou pedir um favor a vocês, que vocês permaneçam com a gente aqui na mesa. A única coisa é que passem às cadeiras daqui de trás por causa dos microfones. Nós vamos chamar os outros dois convidados a ocuparem estas cadeiras. Eu queria chamar, então, o Dr. Fernando Pinho Barreira, que é perito forense computacional, especialista em Direito Digital. Especialista bastante conhecido, renomado aqui no Brasil e no exterior. Dizer da alegria de nós termos o senhor conosco aqui nessa audiência.

Também gostaria de chamar o coordenador estadual dos conselhos de segurança, dos CONSEG do estado de São Paulo, engenheiro com especialização em marketing, o Dr. Evaldo. Por favor, ficasse ao lado do Dr. Fernando. Bem-vindo.

Dr. Fernando, nós ouvimos aqui os depoimentos das meninas que representam os coletivos que tem sentido de perto os resultados e as consequências desse tipo de exposição absurda, inadequada, abusiva pelas redes, com consequências nefastas, como, por exemplo, não só com a imagem pessoal, questões emocionais e psíquicas, levando até à possibilidade de tentativa de suicídio.

E elas nos colocaram aqui algumas coisas que são importantes, ou seja, a necessidade imediata de sensibilização e de capacitação dos agentes da rede que estão em contato direto com esses adolescentes.

Mas eu queria, se fosse possível, que o senhor nos falasse um pouco sobre o outro lado, sobre a questão da responsabilidade das empresas, sobre a questão da dificuldade de se fazer uma denúncia como essa, quer dizer, isso leva a um sentimento de impotência do cidadão, do adolescente, da adolescente, no sentido de se ver a sua imagem, aliás, nós aqui que temos vida pública, que os deputados, seguramente, eu não vou perguntar, mas seguramente aqui, todos nós, se não quase todos, fomos vítimas de alguma coisa semelhante em algum momento, onde se pega imagem de alguém, de maneira inadequada, às vezes com uma edição, às vezes em uma situação completamente fora de contexto, se expõe com o claro intuito de se prejudicar ou de se ameaçar, ou de uma série de coisas e aí o outro lado é a angústia de se ver aquilo em uma página, em geral, apócrifa, de se fazer solicitações e pleitos incessantes para que aquilo seja retirado e nada acontece.

Aí eu fico pensando, se é difícil para aqueles que têm vida pública, estão imbuídos de cargos públicos, imagina uma adolescente na zona sul de São Paulo, na região do Grajaú, quer dizer, todas as dificuldades, enfim, as angústias.

O que é que pode ser feito? Como é que a gente pode responsabilizar? Como é que nós podemos encontrar caminhos de pressão mesmo, desses que, na minha opinião, ao final das contas, são os grandes responsáveis por isso. Quer dizer, é na plataforma deles que isso está sendo exposto.

Como é que o cidadão pode se defender? Quais são os mecanismos, enfim, os caminhos. O senhor tem a palavra.

O SR. FERNANDO DE PINHO BARREIRA – Obrigado pelo convite, deputado Carlos Bezerra. Foi uma honra, na figura de quem eu cumprimento todos os deputados e aos presentes.

Eu ouvia o depoimento de ambas as convidadas e eu reconheci alguns problemas, eu sou perito forense computacional, nós trabalhamos para a vítima, eu não sou perito do estado, encontrando a autoria do ilícito, retirando o conteúdo e responsabilizando os autores.

Muitas das angústias que eu vi no vídeo, que eu vi na notícia, passa também a pessoa com recursos. Então olhe que interessante, o problema é tão endêmico, que ele extrapola até a falta de acesso.

Os grandes casos, os últimos que eu tive oportunidade de trabalhar, por exemplo, no Colégio Bandeirantes, crianças também de alto poder aquisitivo passaram também por uma exposição, dados sensíveis, muito significativa. Alguns casos como profissionais que tem vídeo íntimo feito interno, isso cai na internet, foi publicado. E quando nós vamos à magistratura, ouvimos alguma coisa assim semelhante ao que foi dito, ou seja, “uma moça que se expõe dessa forma, não pudor. Se ela não tem pudor, eu não tenho por que ordenar a retirada do vídeo”.

Isso na magistratura. E aí nós temos que usar a imaginação. “Olha, esse vídeo é da moça. Então direito autoral, não estamos mais discutindo dignidade da pessoa humana. Então o senhor tira porque é dela. Pronto”.

Então olha as coisas que se ouvem. Então eu fico imaginando essas meninas como que é a recepção nos órgãos onde se busca dar uma resposta.

E o que nós encontramos uma vez que se consegue a liminar? Porque o judiciário tem evoluído e tem conseguido, você despacha com o magistrado, liminarmente consegue uma ordem e começa a via-crúcis para efetivar o que a justiça brasileira já decidiu que tem que ser cumprida.

Então eles são citados, e a primeira resposta na defesa vem assim: “nós não temos escritório de representação no Brasil. Nosso escritório aqui – Facebook é dono do Whatsapp agora, então as duas redes leiam-se Facebook. E a Google idem – o nosso escritório aqui é para captar publicidade. Os servidores estão lá nos Estados Unidos e estão sujeitos às leis americanas”.

Então essa resposta, começando a responder a vossa pergunta, que o usuário como a encontra é a resposta que disponibilizam com base na legislação americana. Olha, o senhor não consegue denunciar. O Facebook é uma porção de páginas, de

sequência, isso me incomoda, isso me vexa quando chega ao momento final e você diz: “olhe, converse com a pessoa”. As alternativas são: “mande uma mensagem ao fulano. Deixe de seguir o fulano”. Você deixa de seguir, você deixa de ver o Facebook. Então você não vê mais, ele continua te difamando. Essa é a solução dada.

E por último, submeta mesmo assim, você já foi coagido a não apresentar. Depois vem a resposta, “esse vídeo não fere as nossas disposições de uso internas”. Então nós temos assim, as disposições de uso, a Constituição Federal, é assim que eles entendem o tratamento com o usuário brasileiro.

A internet diz que no momento que você notifica mesmo extrajudicialmente, o provedor passa a ser solidário ao autor na responsabilização em um caso como esse, principalmente pornografia. A maioria são menores, inclusive.

Então esse é um caminho que se faz. A segunda resposta que eles dizem é assim, não temo como tecnicamente filtrar esse vídeo. Qualquer vídeo, qualquer foto, ele pode ser individualizado com uma coisa chamada hashtag, a gente consegue fazer o hash daquele vídeo, e isso é uma identificação única que você consegue, com isso, impedir que isso circule até no Whatsapp. Ou seja, nós inovamos com isso, “eu não quero que você retire do Facebook, eu quero que aquele que já tem o vídeo comece a executar e não consiga mais”, isso é possível. Isso resolve o problema.

Ou seja, a empresa tem tecnologia para impedir que aquele vídeo circule. E faz isso. Em uma questão de direito autoral faz isso com muita frequência. Alguém pega um vídeo de um músico, divulga isso, faz uma pirataria, em um instantinho isso sai da rede. A pessoa que baixou aquilo, vai executar, não consegue mais.

Quando chega em uma situação dessas surgem possibilidades. O que nós fazemos? Um longo parecer provando que tecnicamente dá para fazer. E aí começa, finalmente, haver uma sensibilização. Então assim, consegue-se, mas longamente, nesse ínterim, a pessoa passa por todas essas dores, angústias e aflições.

É uma pessoa de poder aquisitivo? Ela sai do país. Interrompe o curso universitário, como nós vimos, atualmente tem quatro casos assim. Vai para fora, espera que aquilo se apague, retiram os conteúdos na internet, e a pessoa volta depois. Quem não tem, tenta se matar, não é?

Então o que eu noto é assim, esse problema é endêmico, nós já temos legislação que obriga, inclusive o primeiro texto do marco civil, que os servidores deveriam ser no Brasil. O legislador foi levado a crer que era uma maneira de ter o controle. Mas não precisa disso.

Hoje nós sabemos que a partir do Brasil você coordena qualquer... inclusive implementa o algoritmo fora do país.

Na verdade, ele foi aperfeiçoado para que se fizesse cumprir a determinação brasileira. Então o risco é de suspensão. Você pode, simplesmente, suspender o serviço, como foi até decidido no Piauí, o juiz falou: “o que nós fazemos? Pedimos o cumprimento com uma multa muito alta”, no começo as multas eram de cinco mil reais, e isso para uma empresa desse porte é peanuts. Pede uma multa alta, não cumpre, pede a prisão do gerente, e o ato contínuo é suspender o serviço. E aí todos ficam sem porque eles não querem cumprir uma determinação.

É uma luta que eu creio que merece, sim, uma ação. E nós vamos chegar a isso. Com o passar do tempo, passada a jurisprudência, eles vão começar a cumprir de imediato, mas até lá, quantos vão ter que passar por essa angústia absurda quando o usuário tinha o direito, simplesmente, tirar esse conteúdo.

Em alguns países existe o conceito notes say take down. O que é isso? Se aquilo me ofende, eu notifico o provedor, ele tira e avisa quem publicou: “olha, o seu conteúdo foi considerado ofensivo. O senhor reafirma?”, se ele reafirmar, identificado por sua vez, ele passa a responder por eventuais danos.

O SR. PRESIDENTE CARLOS BEZERRA JR. – PSDB – Esses mesmos provedores obedecem essas regras internacionalmente?

O SR. FERNANDO DE PINHO BARREIRA – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE CARLOS BEZERRA JR. – PSDB – Em países como...

O SR. FERNANDO DE PINHO BARREIRA – Em países como Estados Unidos, por exemplo. Mas para nós, não pode. Então não me admira que esses senhores não tenham vindo porque o nosso embate com eles é diário.

E o interessante é que a resposta vem pronta. As peças todas elas vêm com os mesmos argumentos, “não temos por que fazer”, “não temos como fazer” e “não vamos fazer”.

E quando surge a última determinação, muitas vezes não cumprem por longo período de tempo. Então é algo que me espanta e, claro, na parte educacional, já de

acultramento, que as pessoas não façam, eu não tenho tanto a colaborar, mas nessa questão de individualização e de retirada de conteúdo, isso é perfeitamente viável e realmente eu acho que cabe uma pressão para que eles passem a cumprir o ordenamento pátrio, nada além disso.

O SR. PRESIDENTE CARLOS BEZERRA JR. – PSDB – O senhor atua mais no âmbito privado. O senhor conhece alguma atuação do poder público nessa direção? Ou seja, isso está no âmbito da defensoria pública? Existe, hoje, algum aparato dentro do âmbito do estado, no âmbito público, que possa ser suporte para esse cidadão que não tem recurso, que tenha dificuldade nesse acesso?

Aliás, antes de responder, preciso só registrar aqui a presença de dois deputados que fazem parte da Comissão nesse momento, o deputado Raul Marcelo, e o deputado Ênio Tatto.

O SR. FERNANDO DE PINHO BARREIRA – Sim, a Polícia Civil ela está equipada com a delegacia de crimes eletrônicos, que cuida da parte financeira, a 4ª DIG Deic, e no DHPP, a questão de pornografia infantil na internet. E a polícia federal, sem dúvida.

Agora o que eu tenho visto, eu não sou o porta-voz desses órgãos para dizer isso, mas eu tenho visto que a atuação da polícia civil tem recurso limitado. Não tem capacidade limitada, tem só recurso limitado. E a polícia federal trabalha com o macro, procura com uma denúncia assim identificar a rede inteira de pornografia infantil e atuar dessa forma.

No MP eu desconheço uma atuação assim, mas sem dúvida, a qualquer prejudicado deveria, a defensoria pública, seguramente deve atender e montar uma ação. Eu não sei a expertise, a especialização para poder atender casos tão específicos.

Eu me coloco à disposição da Comissão. Eu, quando recebi o convite, eu tive a iniciativa de fazer prova de vários links e até algumas autorias nós encontramos e agora eu ouvi, anteriormente, as colegas convidadas mencionando que também talvez aquele autor é vítima, não é? Mas no nosso limite de persecução penal, a gente consegue, sim, localizar todos.

Talvez uma ação imediata nos mais populares, isso venha a ter um efeito moralizador e educativo. Então isso é passível de se fazer e podem contar a nossa colaboração.

A SRA. BETH SAHÃO – PT – O senhor disse duas ações distintas para um mesmo tipo de problema, quer dizer, problemas diferentes. Se um autor tem um vídeo na internet e aí você pode retirar desse vídeo imediatamente, se ele solicita.

Um compositor, um artista, etc. Agora, se um vídeo tão ofensivo quanto estes... eu tenho aqui um dado de 5500 denúncias no Facebook sobre essas questões todas, não foi retirado nem 20% desse total.

Por que, na sua opinião, é tão diferente a reação desta operadora em relação a problemas tão graves quanto estes?

Por exemplo, eles retiram uma mulher amamentando. Eles acham que a mulher amamentando é ofensivo. Mas deixam imagens como essas que nós mostramos aqui no início dessa nossa audiência.

Então o que fazer? Porque, às vezes, as pessoas são mais simples, têm menos recursos, não podem ter acesso a um trabalho tão especializado quanto o seu, que não trabalha para o estado. E aonde elas vão procurar? O senhor mesmo disse que a Polícia Civil não tem todas as condições de trabalhar nesse sentido. A Polícia Federal, por outro lado, ela trabalha, mas trabalha dentro de uma outra perspectiva.

Eu estive, hoje, inclusive, na Defensoria Pública, não veio ninguém de lá, conversando com o defensor e com o coordenador geral e disse a ele também que a Defensoria Pública precisa trabalhar nesse sentido, só que eles também disseram o seguinte: “nós não somos tantos assim. Somos em 700 para cuidar do estado inteiro”. É insuficiente para dar uma cobertura nas dimensões do estado de São Paulo e com os problemas que o estado de São Paulo tem e que precisam dos defensores. Quer dizer, as pessoas vão ficar sem ninguém. Como é que a gente faz isso? Como é que a gente pune? “O agente não é daqui. Não precisa estar no Brasil”, “tudo bem, mas como nós vamos notificar esse pessoal?”.

Não receberam nem o convite da Comissão, se negaram a receber, o que dirá mais encontrá-los para dar uma notificação judicial.

O SR. FERNANDO DE PINHO BARREIRA – Mas isso é possível. A notificação consegue se fazer, até extrajudicial eu até recomendaria que, nesse caso, talvez, uma saída fosse a Comissão já notificá-los nesse caso.

Eles não aceitaram o convite, mas a notificação pode ser feita. E ela passa a ser válida e passa a ter a responsabilização solidária.

O que acontece, me parece bastante claro, é o custo operacional de se fazer isso. Ou seja, isso é intrínseco ao negócio, é uma empresa lucrativa e ela não quer ceder com essa facilidade – nós temos conseguido isso, como eu disse, duramente – porque virá uma avalanche de injustiças que são cometidas hoje na rede e eles deveriam ter obrigação de retirar.

Então quanto eles puderem adiar, isso é uma economia em escala. O único propósito é esse, não é dificuldade técnica. Manter o lucro. A hora que ele tiver que atender a todo aquele que é prejudicado, são dois efeitos, em um primeiro momento há um avalanche de trabalho, que volto a dizer, faz parte do risco do negócio. Em um segundo momento, as pessoas deixam de fazer isso na rede social que sabem que tem resposta.

Então, se eles cumprissem as obrigações decorrentes da atividade economia que eles exercem, nós teríamos até um efeito desestimulante da prática. A hora que eu sei que tem resposta e que a continuidade da minha difamação daquela violência que eu cometo contra a pessoa, que ela não tem continuidade, não tem exponenciação, eu deixo de fazer.

Realmente não há uma dificuldade técnica. O que nós temos feito? Retiramos os conteúdos dos portais, dos blogs, existem outras plataformas um pouco mais empedernidas que realmente é difícil encontrar autoria, e mesmo assim dá para se fazer. E o Google, quando você retira do local inicial que divulgava aquilo, seja Facebook, Youtube, ele, por sua vez, administrativamente, tira, sim, a indexação daquilo.

Eu digo o Google, mas qualquer buscador. Você procura o nome da pessoa, ou procura Top 10 e ele tem um link, a hora que você destrói a origem, você retira o conteúdo da origem, ele retira o link por sua vez. São dois trabalhos.

Agora, qualquer um dos dois poderia ter essa filtragem, e tem obrigação legal de fazê-lo, notificá-lo, simplesmente não o fazem com esse argumento de que não estão no país. Estão para auferir o lucro, mas não para dar a resposta ao prejudicado.

A SRA. BETH SAHÃO – PT – A sociedade, não é?

O SR. FERNANDO DE PINHO BARREIRA – Sem dúvida.

A SRA. BETH SAHÃO – PT – Está sendo toda ela afetada. Só mais uma pergunta, por favor.

É possível a gente retirar esses vídeos eliminando eles? Porque se você retira, eles podem ficar salvos em algum outro local? Que eles falam que ficam salvos nas nuvens, é isso? Como é que funciona?

O SR. FERNANDO DE PINHO BARREIRA – Sem dúvida. O que acontece? Um vídeo ou uma foto ele pode ser individualizado não pelo nome, mas por uma conta, como eu disse, chamada hash. A partir do momento que eu consigo dizer ao Google ou ao Facebook ou ao Whatsapp, “não execute mais essa conta”. Eu não digo o nome do vídeo, qualquer um que volte a postar aquilo, ele já tem a obrigação legal, por isso que eles resistem tanto, de não mais veicular aquilo.

Então amanhã eu baixo aquele vídeo, renomeio ele com outro nome, ele tem ainda a mesma individualização. Então o problema seria resolvido.

O que há também, eu noto um entendimento até social, é que a internet é um pouco um brinquedo, e na verdade nós vemos que muitas vezes algo perpetuado na internet é muito mais gravoso do que uma violência física. E acaba por ser uma violência física. Mas há um pouco o entendimento, um pouco do que foi dito aqui, postou, então, o senhor agora arque com o drama disso.

E realmente essa mentalidade precisa mudar internamente, isso é educacional, mas também os provedores têm essa consciência, agem assim em outros países, e aqui ainda, por falta de imposição do poder público, ainda continuam agindo dessa forma.

O SR. PRESIDENTE CARLOS BEZERRA JR. – PSDB – Eu vou, então, democraticamente aqui passar a palavra ao Dr. Evaldo Roberto Coratto, que falo como representante dos CONSEGs no estado. E a partir do encerramento da fala do Dr. Roberto, nós vamos então abrir a palavra aos deputados para fazerem suas perguntas, fazerem toda interação.

Vou também pedir para as meninas representantes dos coletivos que nesse momento sentem aqui ao lado para fazer parte da mesa que com o encerramento da palavra do Dr. Roberto, nós vamos fazer o debate com a participação de todos.

O SR. EVALDO ROBERTO CORATTO – Boa tarde, senhoras e senhores deputados. Boa tarde a todos os convidados.

Primeiro, esclarecer o que é a CONSEG para aqueles que não têm essa vivência. Os CONSEGs existem há 30 anos, criado por força de lei, pelo então governador Franco Montoro. Isso em 1985. Ele é composto por uma diretoria onde ali estão, sempre, mensalmente sentados as duas forças policiais representadas pela Polícia Civil do estado de São Paulo, pela Polícia Militar do estado de São Paulo, e pela sociedade civil composta por uma diretoria que discute todas as questões de segurança pública, inclusive, de zeladoria urbana que tem interferência nas questões de segurança na localidade.

O assunto que está sendo tratado aqui eu acho que tem alguns vieses. Imprensa, através das novelas, que veiculam terrivelmente a degradação do ser humano, da mulher, do homem, gênero, querendo mostrar a existência, porém, de uma forma tão deturpada que me impressiona com a idade de 65 anos.

Segundo, eu vou falar de quatro anos atrás, de uma cidade chamada Iepê. Cidade minúscula. Eu fiz um encontro de CONSEGs em uma escola. Discutimos tudo que era possível discutir com relação drogas, o que o CONSEG poderia ajudar, presença de três prefeitos ali. Na saída da escola saio eu, meu assistente, mais o motorista, cinco meninas nos cercaram se oferecendo. Nessa cidade tão minúscula!

Eu penso muito na questão família. O que é que está faltando para que isso mude no estado de São Paulo e no Brasil? Porque nós estamos vendo o estado mais rico da União. Vão para o Amapá, vão para o Pará, e vão lá ver o que acontece. Então os CONSEGs discutem o tempo todo aquilo do entorno que diz respeito à segurança.

Esse assunto nunca foi tratado. Nunca foi tratado. E aquela reunião era dentro de uma escola com quase 100 alunos presentes.

Então, qual é o papel do educador em tudo isso? Qual é o papel da família em tudo isso? E qual é o papel, e aí vocês vão talvez me criticar, da questão da religiosa de tudo isso? Crença. Se apegar a alguma coisa. É tudo isso misturado em um período muito curto de evolução tecnológica que o Brasil vem passando e que nós, na minha idade, não consigo acompanhar. E que esses jovens estão tendo a facilidade muito rápida de chegar aonde eles quiserem, viajando a centenas de milhares de quilômetros que nós nunca chegaremos, muitos de nós que estão nessa sala.

Como eu disse, deputado Carlos Alberto, grande amigo, dentro dos CONSEGs, a preocupação sempre foi essa, da segurança local, enfim, do entorno. Estamos agora discutindo a maioria penal, com a proposta, principalmente, do governador Geraldo Alckmin, enfim, crime hediondo. Será que não vão começar,

talvez, ter que enquadrar alguns jovens que estão nesse momento fazendo esse tipo de situação com essas meninas, e vice-versa?

É isso que eu quero deixar claro. Que quando a gente fala para justiça sobre a questão da maioridade penal, “não, o jovem tem que ser preservado. Ele não pode ser enquadrado em nada, absolutamente nada e não pode se discutir nenhuma questão nesse sentido”.

Será que nós estamos certos? Eu não vou me alongar. Nós tomamos conhecimento desse famigerado Top 10 há questão de 10 dias apenas. Que começou cair, pela internet, na minha caixa algumas informações.

Não deu tempo de discutir isso daí com profundidade nem na Secretaria de Segurança Pública e muito menos dentro dos Conselhos Comunitários de Segurança. Obviamente vai começar pipocar algumas questões vindas de Parelheiros, por exemplo. Nós estamos fazendo reativação do CONSEG de lá. Pode ser que aconteça. E passamos a discutir.

Onde está o papel do Ministério Público nessa situação? O Dr. Fernando foi muito feliz. Onde está o papel do Ministério Público nessa situação? Porque entrar dentro de uma escola sem autorização para a diretora da mesma, não se pode fazer absolutamente nada. Nada, nada, nada.

Agora, outros entes deverão ser chamados por essa Comissão, deputado Carlos Alberto, e que eles possam estar se manifestando também para que possa, talvez, traçar algum caminho para que a Comissão não se perca como tantas outras que acontece dentro dessa Casa. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE CARLOS BEZERRA JR. – PSDB – Obrigado. Eu gostaria de agradecer a participação do Dr. Evaldo, coordenador estadual dos CONSEGs do estado de São Paulo.

Nós temos uma última participação, que é a do Dr. Plínio Gentil, que representa aqui nesse momento, nessa audiência pública, o Ministério Público Democrático.

Dizer que estamos aguardando ansiosamente a presença dos representantes do Facebook, do Google. Lamentamos a alienação diante de um problema como esse.

O SR. PLÍNIO GENTIL – Boa tarde a todos os presentes. À essa Comissão, meus cumprimentos, meus parabéns pela iniciativa. Deputada Beth Sahlão, que eu já conheço, da minha região.

Eu vim aqui trazido ou lembrado do evento pelo coletivo Ana Montenegro, de São José do Rio Preto e Catanduva, que fez denúncias à deputada Beth Sahlão, à Comissão, de episódios que estão na mesma linha de desdobramento desse que foi projetado aqui.

Então, primeiro eu me apresento, eu sou vice-presidente do PSOL de São José do Rio Preto, sou professor de Direitos Humanos aqui na PUC, sou procurador de justiça criminal do Ministério Público de São Paulo e represento aqui uma entidade do Ministério Público de São Paulo, uma entidade autônoma chamada Movimento Ministério Público Democrático, que é uma entidade que reúne promotores e procuradores com uma visão progressista, uma visão que se preocupa com o promotor como defensor dos grupos vulneráveis, que se preocupa com a violência policial, que se preocupa com a criminalização dos movimentos sociais, com esse papel de vítimas das populações da periferia.

E noto aqui muito claramente, eu acho que todos notam, que esses crimes que são cometidos, porque são crimes via internet, com o pleno respaldo dessas redes sociais, que também o Dr. Fernando mostrou a dificuldade de serem alcançados e obviamente a má vontade. Enfim, essa entidade tem essa preocupação e nota, como nós notamos aqui, que há um corte de classe e há um corte racial nesses vídeos.

É claro que isso também acontece em outras camadas, mas acontece com maior facilidade nas periferias que são, via de regras, mais abandonadas por todos os setores, pelo poder público e tudo mais.

É onde se tem menos acesso aos bens que deveriam ser próprios e acessíveis a todos.

Então, o que eu trago é a minha palavra de indignação em relação a isto, a palavra do Ministério Público Democrático no sentido de que está à disposição para ouvir este tipo de denúncia, para encaminhar aquilo que for possível encaminhar e devo reconhecer o seguinte, embora não fale em nome da instituição Ministério Público, mas há, sim, certamente, uma extrema dificuldade para nós, e aí eu falo em meu próprio nome, em primeiro lugar, para nós entendermos com é que tudo isso funciona. Um perito como o Dr. Fernando é uma benção que exista, mas a instituição tem dificuldades nesse setor como tem a Defensoria, não só pela novidade do assunto,

como pela amplitude de suas atribuições, e era preciso que nós caminhássemos assim, que caminhássemos também no sentido de denunciar e de aos poucos enfrentar esse conservadorismo que existe, existe nas instituições, existe no poder judiciário, mas existe na sociedade de maneira geral.

Esta lamentável resposta que se dá à coisas como estas, “mas ela facilitou, ela foi de shorts, ela foi não sei o quê. Ela não é séria, então ela que se vire”, e acaba-se tendo que dar um nó na situação e apresentar como violação de direitos autorais, vejam bem, é incrível que poder público dê mais atenção a uma violação de direitos autorais que uma violação flagrantes, hedionda de direitos fundamentais.

Entretanto, não só tem o conservadorismo presente, mas tem um detalhe técnico, nós não sabemos fazer essa leitura, tecnicamente do que é possível, de como debater, de como denunciar. Eu, como procurador de justiça criminal, não me lembro, ou me lembro talvez de um caso ou de outro, e eu estou há décadas na carreira, de processo criminal envolvendo esse tipo de assunto. Por quê? Porque é difícil provar, é difícil se obter.

Só encerrando, então, o fato concreto que aconteceu em Catanduva, eu não sei se o pessoal do coletivo Ana Montenegro está presente, se estiver, eu saúdo, o fato que aconteceu lá foi uma violação concreta de direitos fundamentais de uma moradora de rua. Ao meu ver, aquilo é estupro, eu lido com direito criminal, aquilo é estupro, é uma pessoa em situação de vulnerabilidade que foi, enfim, violentada, vejam bem, estudantes, segundo consta, segundo informações do coletivo, estudantes de Administração e Direito.

E isso foi filmado. E esse vídeo começou a circular na internet. E é uma moradora de rua, uma moça negra que parece que cedeu aos caprichos dos estudantes em troca de 10 reais para comprar crack.

E segundo também informação do coletivo, eu estou só repassando o que me foi dito, esse assunto foi levado lá a um órgão da polícia, eu não sei exatamente qual, e a resposta obtida não foi muito diferente daquela. Foi algo assim: “mas ela consentiu, não foi forçada”.

Então o que é ser forçado a tolerar uma violência sexual? Ser forçado é só ser forçado fisicamente ou mediante a ameaça de uma arma?

Então estou só mencionando aquilo e também foi divulgado o vídeo, circulou, e parece, deputada Beth, que foram identificados, ou que há possibilidade de identificação dos autores.

Então eu trago só mais essa informação para contribuir com tudo que está sendo discutido aqui. E saúdo a todos em nome da minha entidade. Muito obrigado.

A SRA. BETH SAHÃO – PT – Dr. Plínio que eu já conheço lá da minha região. E a questão que foi estupidamente estuprada por esses estudantes. Nós tivemos acesso ao vídeo. Nós gravamos, protocolamos aqui nessa Comissão pedindo encaminhamento ao Ministério Público para as providências. Porque não é possível que ela não teve a mínima condição, até por seu estado de vulnerabilidade, de lavrar um boletim de ocorrência.

Eu conversei com a delegada da mulher de Catanduva e não havia nenhuma denúncia nesse sentido. Então nós tomamos o cuidado de trazer aqui, porque já que ela não tomou essa iniciativa, até pela falta de condições de fazê-lo. Então essas práticas que estão acontecendo na internet, elas são recentes, é uma novidade para nós. No entanto, as raízes dela são antigas.

Elas se baseiam na desigualdade de gênero, na desigualdade econômica, na desigualdade social e na desigualdade racial. Então nós não podemos perder isso de vista. Isso é o resultado, infelizmente, de uma junção de desigualdades que acaba levando a essas práticas tão condenáveis por todos nós.

Então eu só queria fazer essa observação que nós protocolamos aqui, estamos aguardando uma resposta do Ministério Público se vai determinar que a Delegacia de Defesa da Mulher, no caso lá de Catanduva, tome as devidas providências.

O SR. PLÍNIO GENTIL – Eu tinha sugerido que elas encaminhassem ao MP de Catanduva diretamente. Não sei se foi isso feito. E o MPD se coloca à disposição para o que for preciso.

A SRA. BETH SAHÃO – PT – Nós pedimos um requerimento, nós mandamos para São Paulo, para o MP aqui, mas pedimos que fosse encaminhado para Catanduva.

O SR. PRESIDENTE CARLOS BEZERRA JR. – PSDB – Nesse momento, então, eu vou abrir a palavra aos deputados. Estava aqui pensando, Dr. Plínio, talvez se esse crime, esse famigerado que o senhor citou, talvez se ele tivesse sido cometido, ele foi cometido por jovens estudantes universitários de classe média.

Talvez se tivesse sido cometido por adolescente pobres da periferia, talvez já tivesse uma repercussão nacional com a defesa, inclusive... enfim, isso é detalhe. Mas está inscrito, o primeiro deputado inscrito é o deputado Raul Marcelo, do PSOL.

O SR. RAUL MARCELO – PSOL – Eu quero inicialmente cumprimentar o presidente da nossa Comissão, o deputado Carlos Bezerra. Parabenizar pela realização dessa reunião.

Cumprimentar a deputada Beth Sahn, que é autora do pedido para que nós fizéssemos aqui essa reunião. Cumprimentar as nossas amigas que estão de forma ativa dando uma aula de cidadania ao vir aqui na Assembleia e fazer essa denúncia. Dizer a vocês, vocês estão representando muitas mulheres, não só aqui de São Paulo, mas do Brasil. Mulheres, jovens, que passam por essa situação e por falta até de uma articulação, de conhecer determinados setores da sociedade acabam não tendo condições e até esse privilégio, vamos dizer assim, de conseguir colocar para fora esses sentimentos que muitos adolescentes, jovens aqui do estado de São Paulo passam todos os dias.

Cumprimentar o Dr. Fernando, o Dr. Evaldo, o promotor Plínio. É uma satisfação revê-lo aqui. Tem o outro Plínio também que já nos deixou, que era promotor, autor do capítulo da Constituição sobre Ministério Público. Você tem um homônimo aí que não é pouca coisa.

Senhor presidente, a minha formação, eu sou formado em Técnico em Processamento de Dados na Fatec. Eu conheço razoavelmente essa questão do ponto de vista técnico. A internet é uma revolução, eu acho que o paralelo que tem é com a escrita. É curioso porque o pessoal, às vezes critica o BNDES, mas os Estados Unidos têm dois grandes BNDES lá, um é a NASA e o outro é o Pentágono. E a internet surgiu justamente por uma encomenda das forças armadas norte-americanas para poder fazer a sincronização do lançamento de ogiva nuclear. O protocolo IP/IP, ele foi gestado dentro das forças armadas dos Estados Unidos e depois foi usado pelas universidades para poder fazer o processo de colaboração nas pesquisas científicas dos Estados Unidos.

E isso aí cresceu, virou esse fenômeno que é hoje. E colocou a esfera pública e a privada em um limbo. Ficou meio líquido. Aquelas fronteiras que eram claras, antigamente, a pessoa para fazer uma manifestação pública ela precisava ir em uma praça pública, vir aqui em uma reunião, ir na TV, na sede de uma rádio.

Hoje, dentro do banheiro, que é o símbolo máximo da esfera privada, sentado, possivelmente, no símbolo da esfera privada, o cidadão pode fazer um discurso para milhões de pessoas. De fato estamos aí no ponto da curva.

É claro que podíamos estar mais avançados. Eu acho que esses dias o rapaz do Facebook teve encontro com a nossa presidente da República em uma reunião sulamericana e ela colocou o agasalho da empresa dele. E uma empresa que tem recebido críticas do ponto de vista internacional porque tem muito obscurantismo.

Inclusive uma matéria da Super Interessante esses dias, o lado obscuro do Facebook. Muito interessante, inclusive. Inclusive quando você paga, o obscurantismo que é para que a sua página tenha os chamados likes.

E há pessoas, inclusive, entram em depressão porque as suas postagens não recebem o tal dos likes. Então é uma empresa que precisava ter uma ação mais firme do estado no sentido de fazer o seu controle, até porque uma empresa multinacional imensa, com uma capacidade de influenciar milhões e bilhões de pessoas ao redor do planeta, que cada vez mais está ganhando mais poder. É um perigo isso. O Facebook está concentrando as relações pessoais, está concentrando a publicidade. E concentra também uma capacidade de arrebentar com reputação enorme. O estado precisa intervir nisso.

O marco civil da internet ele já tem lá um artigo que trata do direito à privacidade. Eu acho, presidente, que a minha avaliação, como estamos no meio da curva, nós vamos ter muitas denúncias como essas chegando aqui à Comissão de Direitos Humanos. Eu acho que deveríamos montar aqui um trabalho nosso, pegar aí o Dr. Fernando, talvez se reunir com alguns magistrados também, Ministério Público, para ter um roteiro para encaminhar essas denúncias. Ou aí poderia até ser interessante alguns defensores públicos porque a Defensoria, apesar de serem poucos, tecnicamente, do ponto de vista jurídico, eles são muito bons.

O SR. PRESIDENTE CARLOS BEZERRA JR. – PSDB – Eu Acho a ideia bárbara. Vossa Excelência sabe, era essa uma dúvida que eu tinha, se na Defensoria Pública eles dispõem de algum aparato ou se eles dispõem hoje de algum encaminhamento? Porque eu, por exemplo, desconheço.

O SR. RAUL MARCELO – PSOL – Eu acho que não. Poderia contribuir, inclusive, com a Defensoria para que tivesse uma Coordenadoria, não precisa ser muitos defensores, eu acho que dois, três.

A SRA. BETH SAHÃO – PT – Eles têm alguma coisa na área da mulher.

O SR. RAUL MARCELO – PSOL – Não precisa entrar na vara da cidade, na Comarca, é uma questão geral, você pode entrar direto no tribunal. Eu não sei tecnicamente porque não é muito a minha área, mas as demandas todas nós poderíamos reunir aqui, eu tenho alguns casos também mais ou menos nessa mesma linha, eu acho que todos os deputados, nós poderíamos concentrar todas essas denúncias aqui na Comissão, e aí nós encaminharíamos isso a um defensor que tivesse uma formação na área. Já alguns contatos com a magistratura para poder da vasão, e criar esse caldo, que é um caldo político e também jurídico para que a gente possa fortalecer o estado no entendimento de que não dá para admitir.

Eu até queria fazer essa pergunta, a questão temporal, Dr. Fernando, quanto tempo está levando, em média, entre a denúncia, vamos trabalhar com uma hipótese, essa é uma pergunta que é uma curiosidade minha, uma pessoa que consegue ter o advogado e ela entra com a demanda na justiça, quanto tempo mais ou menos que demora? Tem uma regra? Ou às vezes o caso é um e demora 15 e o outro demora dois anos? Como tem sido isso?

O SR. FERNANDO DE PINHO BARREIRA – Na verdade, nós temos, às vezes, um ano. Com toda a assistência e empenho entre a pessoa nos procurar, ou seja, imediatamente você consegue uma liminar, isso o judiciário nos dá em dois dias, ou seja, o advogado protocola a peça já com a perícia feita, a perícia privada, a individualização dos arquivos, protocolamos isso. Imediatamente, o protocolo é eletrônico hoje, vamos despachar para o magistrado, advogado e perito, e conseguimos a liminar em seguida. O cumprimento dela demora seis, às vezes um ano.

E é isso que é o meu pasmo. Porque nós temos uma ordem judicial, há de se cumprir. E é sumamente ignorada primeiro com a réplica e depois com as demais argumentações. A vossa proposta é muito interessante, quem sabe nós chegaríamos

até a um acordo e colaboração com essas entidades justamente para ter um protocolo acessível a todos e retirada disso em cumprimento a lei.

A SRA. BETH SAHÃO – PT – Tem prazo para retirar isso?

O SR. RAUL MARCELO – PSOL – O problema é que é volúvel aí.

O SR. FERNANDO DE PINHO BARREIRA – Na verdade, não tem. Você pode ter uma fixação de prazo, mas eles não cumprem. O que temos assim é um pouco a autossuficiência. Por isso que nós temos evoluído e causou muita polêmica aquela decisão do magistrado, se eu não me engano, do Piauí, que pediu que retirasse o Whatsapp do ar. Porque isso vem crescendo, você pede a prisão e sai a prisão. Prende o sujeito operacional e continua não cumprindo. Então assim, nós estamos em um estado de anomia. Você tem a lei, mas não tem efetividade. Tem a decisão judicial, mas não tem o cumprimento.

Então qual seria uma multa que eles não pudessem suportar, diária? Nós não temos isso até hoje. Então a pessoa acumula e depois vai postergando até o pagamento das multas ad eternum, até uma decisão final. Então realmente o papel das vossas excelências é interessantíssimo porque realmente o estado é que tem força para poder mudar esse tanto de coisas.

O SR. RAUL MARCELO – PSOL – Eu agradeço. Eu queria reafirmar a sugestão, deputada Beth, ao nosso presidente, para que nós fizéssemos depois, logo em seguida, ou na próxima semana, uma reunião mais técnica porque eu acho que nós poderíamos envolver o Ministério da Justiça e o Tribunal de Justiça de São Paulo em um protocolo para poder acelerar o cumprimento.

Ao meu ver, não está conseguindo nem as liminares. Eu acho que o problema não está aí, o problema está no cumprimento da liminar. Em casos fora da internet. Já existe um protocolo quase no subconsciente dos agentes públicos de cumprimento dessas liminares. Agora em relação a essas grandes empresas de internet, de fato, tem essa questão temporal e eu acho que nós podemos, se não conseguir resolver, mas pelo menos contribuir em uma pressão para que no futuro breve a gente possa ter entre a liminar e a execução da liminar, um prazo, de no máximo, como são questões que envolvem a moral das pessoas, uma semana, ou dias. Eu acho que temos que

fazer essa pressão. Fica aqui essa sugestão para que a gente chame a Defensoria, o Tribunal de Justiça e o Ministério de Justiça para discutir essa questão.

A SRA. CLÉLIA GOMES – PHS – Boa tarde a todos. Obrigada, Beth, mais uma vez. Eu queria fazer uma pergunta para a Érica e para a Tati.

Quando vocês têm esse tipo de problema na comunidade, vocês levam para vocês. Como que a família chega até vocês? Vocês entram por esse site? A família vai até vocês? Como é que chega até vocês tudo isso?

A SRA. TATIANA RODRIGUES – Então, a gente tem acesso ao Facebook, ao Whatsapp, enfim, então esses vídeos chegam para gente a partir das nossas próprias redes. O que a gente faz é não divulgá-los, não mandá-los para frente porque a gente entende que mandando a gente está reforçando a exposição.

Então é isso, as famílias elas não chegam. O Cedeca, Conselho de Proteção, ele atende crianças e adolescentes vítimas de violência. Até hoje, que eu me lembre, nenhum caso de violência vítima do Top 10, por exemplo, apareceu.

A SRA. CLÉLIA GOMES – PHS – Nunca apareceu alguém que fosse até vocês...

A SRA. TATIANA RODRIGUES – Pelo Top 10, não, mas vem com outros tipos de violência. Porque é isso, quando o vídeo vai para o Facebook, por exemplo, é uma violência psicológica muito grande. E aí se a mãe, a pessoa responsável entende que precisa de um acompanhamento, eles procuram a gente.

O que a gente tenta é isso, o nosso trabalho é fazer com que esses assuntos sejam problematizados, a gente estava até conversando que a gente consegue, quando a gente pensa, que todos esses trabalhos são trabalhos de prevenção, porque a gente não é formado em psicologia e nem em serviço social para atender as meninas. Então o que a gente faz é o trabalho de prevenção.

Então a gente tem a facilidade de fazer grupo com meninas, de falar do feminismo, de falar da violência. E com os meninos é mais difícil. A gente não consegue alcançar o menino para poder problematizar, entender o que leva, quais são as referências, inclusive, de mulheres que eles têm para poder fazer um vídeo desse gênero, enfim.

Então a gente não consegue acessar por uma questão de que não quer ser exposta. A gente tem uma campanha que se chama Todo dia é dia 18, que fala de exploração sexual. Então quem entra em contato com a gente, por exemplo, eles fazem uma página que é um fake e falam da violência, mas não colocam o nome porque não quer ser exposto nem para gente quanto serviço. Porque é muito forte.

A SRA. CLÉLIA GOMES – PHS – Entendi o que você está falando. Me diz uma coisa, Érica, vocês fizeram um movimento de pinturas, de limpar as paredes, não é?

A SRA. BETH SAHÃO – PT – Não foi esse que eles apagaram?

A SRA. CLÉLIA GOMES – PHS – Da onde surgiu esse movimento? Picharam as paredes, é isso? Da região?

A SRA. ÉRICA SANTANA – Isso. Assim, na região do Grajaú lá o grafite é muito forte, a pichação também. E aí ficou um ano o nome de uma das adolescentes no jardim Castro Alves no escadão, falando que ela era a Top 10 de tal situação. Expondo a sexualidade da garota.

E aquilo ali sempre incomodou a gente em várias situações, não só tendo o Top 10, tem de garotas que abortam...

A SRA. CLÉLIA GOMES – PHS – Você nem conhecia a garota?

A SRA. ÉRICA SANTANA – Não. Tem de garotas que abortam. Como que a gente teve conhecimento disso? Uma das integrantes do Mulheres na Luta ela trabalha na UBS local ali. E trabalha discutindo gênero junto aos profissionais, capacitando os profissionais que estão lá dentro que é psicologia, assistente social, entre outros. E ela passava por esse escadão.

E começou a chegar o caso das meninas do Top 10, porque chega na unidade de saúde. E ela teve acesso e tudo e começou a discutir isso entre os agentes comunitários, os profissionais. E teve essa resistência dos profissionais, “a menina está porque quer” e entre outros. E ela fez todo um trabalho com os profissionais lá dentro e veio isso até o coletivo. A gente sentou, problematizou e aí como é que a

gente vai fazer? A gente pensou: se eles estão, de certa forma, atacando com vídeo, vamos fazer vídeos falando das meninas que são Top 10, mas tem menina no Grajaú que é Top 10 na educação, que é Top 10 cantora, rapper, grafiteira. E aí surgiu a ideia do grafitaço, ele pichou? Então a gente vai lá e mostra com arte, vai apagar o nome da menina, só que com arte. E aí surgiu o grafitaço, que repercutiu bastante, a gente conseguiu várias grafiteiras de vários locais, até do interior de São Paulo compareceu. E aí a gente fez o grafitaço, enfim, uma semana depois, as palavras como sexualidade, entre outras, foram apagadas.

Na semana seguinte as meninas que moram lá, grafiteiras, entraram em contato com a gente recentemente falando que todos os desenhos foram apagados. E aí a gente vai pensar em outras ações. Mas surgiu a partir daí, desse incômodo de ver o nome da menina sendo exposto para todos. Inclusive na parede, próximo da casa dela.

A SRA. BETH SAHÃO – PT – Satisfeita?

O SR. CORONEL TELHADA – PSDB – Pela ordem, senhora presidente. Pena que o nosso presidente não está presente para me ouvir falar. Mas nós estamos com problema sério aqui, eu ouvi a Érica falar, quando a Tati falou eu estava na outra comissão, mas aí está claro um crime contra a honra. Está claro um crime contra a honra aí. O crime contra a honra ele é de ação privada. Caberia a pessoa se apresentar e se dizer ofendida.

Como elas, aparentemente, são menores, porque elas não apareceram, elas dizem que são menores, mas elas mesmas falaram que não conhecem as meninas. Conhecem essas meninas ou não?

A SRA. TATIANA RODRIGUES – Eu tenho uma vizinha que passou pelo Top 10.

O SR. CORONEL TELHADA – PSDB – Sim, mas é uma dessas apresentadas ou não?

A SRA. TATIANA RODRIGUES – Não que está aqui, mas de um vídeo anterior.

A SRA. BETH SAHÃO – PT – É que esse vídeo que eu apresentei não é necessariamente... aliás, não é do Grajaú esse aí.

O SR. CORONEL TELHADA – PSDB – O que acontece? Pela lei, cabe à pessoa ofendida se apresentar e dizer ofendida e mover uma ação. Como elas são menores eu entendo que o ECA tem que agir nesse caso e protegê-las mesmo que elas não se apresentem. Fazer uma documentação, ou a Secretaria da Justiça ou a própria Secretaria de Segurança Pública pedindo uma instalação de inquérito, só que a Tati, desculpe te chamar de Tati, porque está escrito ali, só que a Tati, não querem identificar os autores. Isso é uma coisa que... não tem meio grávida, ou a gente faz a coisa ou não faz.

Eu acho que tem que identificar os autores, sim, eles têm que ser responsáveis, mesmo sendo menores, mas as famílias têm que ser alertadas, a vila, a comunidade tem que saber que eles vão sofrer uma punição para que isso já desestime quem queira fazer novamente. Quanto a questão do Facebook e do Google, eu já passou isso pessoalmente, por ofensas e etc., me apresentei, identifiquei o autor, entrei com uma ação. O autor está respondendo. Eles, realmente, não dão atenção para gente, porque eles se baseiam em uma lei americana, mas eles foram obrigados a retirar o vídeo.

Eu entendo como uma segunda hipótese como o deputado Raul Marcelo falou. A nossa Comissão poderia apresentar uma documentação baseada no que foi dito aqui, hoje, encaminhando à Comissão de Direitos Humanos da federal ou então ao próprio ministro da justiça, aos Ministérios da Justiça, solicitando a confecção de leis que possam trabalhar com esse sistema internacional através dos Ministérios de Relações Exteriores, eu não sei. Nós temos que pedir alguma providência. Realmente eles se baseiam na lei de um país estrangeiro, eles não vão sofrer punição nenhuma aqui, neste caso específico que está sendo apresentado à Comissão, eu acho que se nós ficarmos divagando aqui, o assunto vai ficar na divagação.

Eu acho que nós deveríamos tomar providência, deveríamos encaminhar a documentação ao nosso secretário de segurança pública pedindo, sim, a instalação de inquérito nesses casos, está o procurador de justiça aqui, se eu estiver errado, o senhor, por favor, me corrija, pedir a instalação de inquérito nesses casos, seja identificado os autores, que eles sejam devidamente ouvidos, qualificados. As

famílias sejam chamadas também, porque muitas vezes o pai e a mãe não estão nem sabendo o que está acontecendo.

Então eu acho que sim, tem que se identificar quem fez, tem que se identificar os autores, tem que servir de exemplo aos demais, porque nós que somos pais sabemos, se você não der o exemplo, o problema vai acontecer novamente.

É grave o que vocês mostram aqui, é terrível. Porque essas jovens, é o que a senhora falou, tem informação que algumas delas até tentaram se matar. Se essa informação proceder, é gravíssimo isso.

A pessoa, de repente, como a Érica falou, que a deputada perguntou, notem que nenhuma dessas pessoas se apresentaram. Quem se sentiu ofendida foram as meninas e tomaram uma providência – muito bem feita, aliás. Mas eu acho que tem que ir a fundo nisso, sim. Tem que se fazer uma documentação para se encaminhar ao órgão competente que vai averiguar, porque a partir do momento que tomamos conhecimento de um crime, nós não podemos prevaricar.

Como o doutor disse que lá em Catanduva a delegada não tomou providência, não sei, se ela estava em uma situação de incapacidade devia ter instaurado o inquérito. A pessoa é estuprada, não se apresentou, a vítima não se apresentou, se ela estava em uma situação de incapaz, deveria ter sido feito um inquérito mesmo assim. Eu acho que cabe uma prevaricação, que não prevariquemos nós. Se foi trazido um assunto à Comissão, é um assunto grave, é um assunto que comunica um crime contra menores de idade. Eu acho que, senhor presidente, cabe uma providência administrativa e encaminhamento do documento ao órgão competente. Muito obrigado.

A SRA. BETH SAHÃO – PT – Você levantou uma questão importante, deputado Telhada, também, que é a questão dos conselhos, conselho tutelar. O conselho tutelar também tem um papel, nós não falamos sobre isso aqui, mas tem um papel importante, na medida que ele é o órgão que se aproxima das famílias, se aproxima dos jovens.

Eles foram acionados? Vocês têm conhecimento?

O SR. CORONEL TELHADA – PSDB – Pelo que eu senti, nenhuma providência administrativa foi tomada. Nenhuma providência foi tomada.

A SRA. ÉRICA SANTANA – Isso. Eu conheço os conselheiros tutelares da região e eles simplesmente não sabem...

O SR. CORONEL TELHADA – PSDB – Mas eles não foram comunicados também.

A SRA. ÉRICA SANTANA – Eu conversei pessoalmente, porém, notificado não foi.

O SR. CORONEL TELHADA – PSDB – Então, senhor presidente, eu acho que caberia uma notificação, uma nota, uma comunicação oficial do fato.

O SR. PRESIDENTE CARLOS BEZERRA JR. – PSDB – Só para dar uma organizada, eu vou garantir a fala dos deputados. Eu não tive a possibilidade de ouvir o início da fala do deputado Telhada pela garantia mínima do direito humano de ir ao banheiro, mas para que não fosse violado os meus direitos... mas eu entendi o encaminhamento. Nós podemos fazê-los todos ao final. Aí tem a palavra o deputado Raul Marcelo.

O SR. RAUL MARCELO – PSOL – Bem sintético, hoje estamos tendo aqui na Assembleia, o presidente da Sabesp aqui sala ao lado, tem reunião de Colégio de Líderes tudo no mesmo horário. Eu acabei não chegando no início da nossa reunião. Eu não sabia que não tinha ainda a identificação dos autores. Ainda não existe essa identificação. Eu fiquei sabendo agora...

A SRA. BETH SAHÃO – PT – No caso do Grajaú...

O SR. RAUL MARCELO – PSOL – Não, nesse caso específico do vídeo, não tem?

A SRA. – Acho que nenhum deles têm.

O SR. PRESIDENTE CARLOS BEZERRA JR. – PSDB – O senhor chegou a ver o vídeo ou não? A deputada Beth trouxe um dos vídeos e trouxe vários links.

A SRA. BETH SAHÃO – PT – Esse vídeo que eu apresentei aqui é de uma escola de Cumbica, Guarulhos. É que são tantos...

O SR. RAUL MARCELO – PSOL – Pegar todos os crimes que aconteceram, individualizar eles e depois encaminhar ao Ministério Público, senhor presidente, como queixa, notificar o crime. E aí acompanhar o desdobramento. Aliás, o procedimento padrão aqui na Comissão, porque nós vamos ter muitas denúncias assim...

A SRA. BETH SAHÃO – PT – Muitas.

O SR. RAUL MARCELO – PSOL – Ainda mais com a questão de smarthphone, que é o celular com acesso às redes, porque antigamente a pessoa precisava comprar o computador. Hoje, o celular vem até com internet, e a tendência é ficar cada vez mais acessível essa situação. Então eu acho que nós podíamos começar a padronizar essa situação e fazer essa pressão para que não fique esse interregno temporal de um ano para retirada do vídeo, mas a responsabilização da para fazer rápido.

O SR. CORONEL TELHADA – PSDB – Senhor presidente, me permite um aparte só na fala do deputado? O problema é a comunicação oficial à nossa Comissão. Nós somos deputados, aqui é uma Casa de leis, estamos sendo comunicados oficialmente de um crime, não podemos ficar divagando sobre isso.

Eu entendo que temos que comunicar o crime oficialmente à pessoa de direito e pedir providências. Eu acho que esse é o primeiro caminhar. Aí novas informações que chegarem, novos problemas que chegarem, eu acho que tem que ser o caminho lógico da Comissão. Eu não sei se o senhor concorda.

O SR. PRESIDENTE CARLOS BEZERRA JR. – PSDB – Eu concordo. Eu só não gostaria de fazer, por exemplo, de fazer de maneira intempestiva. Eu gosto

da sugestão do deputado Raul, aliás, elas são convergentes, tanto a sugestão do deputado Telhada quanto do deputado Raul, no sentido da gente fazer a denúncia de uma forma organizada, porque seguramente, até porque no momento em que se der visibilidade ao que está acontecendo aqui hoje, uma série de outras denúncias que estão represadas aí vão chegar à Comissão. Aí é fundamental que nós possamos encaminhar dessa forma de maneira padrão.

O SR. CORONEL TELHADA – PSDB – Uma coisa interessante que está sendo trazida aqui hoje, que a gente não percebeu, lógico, a gravidade do problema em primeiro lugar. Então ter uma solução legal para isso.

O outro problema que o Dr. Fernando trouxe é que não há lei no Brasil para se atuar nesse caso, nós não temos um norte a seguir. Isso é muito complicado, estamos cometendo crimes contra cidadãos brasileiros em território brasileiro e nós não temos como agir.

Então eu acho que seria de bom tom, senhor presidente, a nossa Comissão promover uma documentação ao senhor ministro da justiça pedindo que seja avaliado esse caso até em tipo relações exteriores, acordos internacionais, alguma coisa. Concorda, Dr. Fernando?

Eu acho que temos um start para iniciarmos um debate em nível nacional sobre um problema que aflige um país todos e qualquer um de nós, como eu já fui vítima, eu creio que qualquer um de nós aqui pode ser vítima disso. E eu senti isso na pele como vocês estão sentindo. Em uma outra situação, mas eu senti na pele. É horrível você ser ofendido, difamado e ter que calar a boca porque no final você ainda não tem como se defender.

Eu acho que é uma abertura de uma nova era para que nós indiquemos até, olha só a petulância nossa, indiquemos a nível nacional, o senhor ministro da justiça, um início de conversação para se chegar a uma futura lei, a uma proposta onde a gente possa responsabilizar essas pessoas que façam isso na internet. Muito obrigado.

A SRA. MARTA COSTA – PSD – O que eu ia falar é exatamente isso, a gente não pode esperar que as meninas venham procurar ajuda. Se elas estão desesperadas, trancadas dentro de casa, claro que elas não vão procurar ajuda.

Eu quero louvar a atitude dessas comunidades, desses coletivos, que estão fazendo isso. Eu acho que o conselho tutelar tinha que ter tomado uma atitude, apesar

da lei ser frouxa, como foi colocado aqui, a lei é, de fato, frouxa. Mas a gente tem que tomar uma atitude.

A gente não pode esperar que uma menina dessa tenha responsabilidade sobre seus atos, ela está se descobrindo mulher, bonita, e faz um vídeo para as amigas e aí a coisa vira esse monstro e acaba com a vida da menina.

Então eu acho que de fato tem que ser tomada alguma atitude. Eu não sei se assim drasticamente como diz o Telhada, mas eu acho que tem que ser tomada alguma atitude, apesar de você falar que a gente tem que instaurar um inquérito, isso foi feito, chega à prisão, mas a coisa continua do mesmo jeito.

O SR. CORONEL TELHADA – PSDB – Mas tem que fazer.

A SRA. MARTA COSTA – PSD – Mas a lei é frouxa. Então eu acho que não está dentro da nossa capacidade de resolver isso, mas eu acho que a gente tem que fazer alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE CARLOS BEZERRA JR. – PSDB – Tem uma coisa importantíssima aqui que foi dita pelo Dr. Fernando, e aí eu vou passar a palavra para a deputada Beth, que é o seguinte, que é um aspecto que a gente ainda não colocou, que é o quê? Que é o aspecto econômico.

O meu avô sabiamente dizia que o órgão mais sensível do corpo é o bolso. Ou seja, a forma de responsabilizar, o que move a irresponsabilidade de empresas como Facebook, como Google no Brasil, é o interesse econômico. No momento que eles sentirem que o seu interesse econômico está sendo, de alguma forma, prejudicado. Não tenha a menor dúvida que eles tomarão ações. Isso é muito semelhante ao que a gente viveu nessa Comissão aqui nos últimos anos com relação ao trabalho escravo.

Todo mundo que a gente chamava aqui, as grandes empresas, Telhada, a gente chamava aqui e todo mundo assim: “desculpa, eu não vi”; “olha, isso não tem a ver comigo. Veja bem, é o terceirizado, o quarteirizado”. Sempre sendo empurrado. O que a gente pode fazer nesse sentido? Eu queria cumprimentar a deputada Beth porque ao chamar essa discussão, de imediato hoje aqui, a gente está fazendo uma ação que confronta essas empresas e o seu poder econômico, que é o quê? É expô-las. Foi chamada, não vem, é insensível à fala do cidadão, mantém o cidadão na invisibilidade, enfim. É um tipo de empresa que acredita no lucro a qualquer custo.

Está pouco preocupada com o cidadão, com a sua privacidade, com a garantia dos seus direitos.

Isso é uma ação. Agora os encaminhamentos concretos. Aqui tem algumas coisas que foram. Eu insisto, eu entendo o seguinte, talvez até, deputada Beth, se esse for o entendimento da Comissão, por exemplo, cairia muito bem um pedido de CPI nessa Casa para investigar esse tipo de crime. Porque com uma CPI aqui eles já estariam aqui, porque CPI tem poder de prisão, eles já estariam aqui. Quer dizer, está se recusando a vir? Não tem problema, a gente pede uma CPI, abre uma CPI na Casa, chama aqui e responsabiliza.

Na minha avaliação, se o constrangimento não é um constrangimento econômico, se efetivamente a empresa não perde com isso, eles estão se lixando se vai ou se não vai. Que é incrível, é impensável, deputada Beth, eles cumprem uma legislação, pelo que foi dito aqui pelo Dr. Fernando. Eles cumprem uma legislação protetiva em outros países, aliás, em seus países de origem, por exemplo, nos Estados Unidos, e aí eles vêm para cá e se acham acima da lei. E não querem cumprir lei nenhuma.

Isso é uma loucura! O Brasil, então, é visto por essas empresas como um país de segunda classe? É esse o recado que está sendo deixado. E é contra isso que a gente precisa, efetivamente, se manifestar.

O SR. CORONEL TELHADA – PSDB – Pela ordem. Eu acho que o senhor está muito correto no seu ponto de vista.

Eu acho que viria, como eu disse, aquela documentação a nível Ministério da Justiça até pedindo essa parte econômica, que sofresse as sanções, multas. Porque nós não temos só esse caso da difamação. Nós temos pregando morte de pessoas. Nós temos pregando violência em animais. Quem nunca viu ou teve o desprazer de abrir o seu Facebook e você abre e é o cara degolando um cachorro ou a própria violência de pessoas pedindo a morte de policiais ou pedindo morte de criminosos.

Então eu acho que está na hora da gente pôr um freio nisso. Nós estamos tendo uma oportunidade ímpar aqui que eu acho que deveria ser explorada ao máximo. Muito obrigado.

A SRA. BETH SAHÃO – PT – Eu queria, primeiro, dizer que logo no início dessa audiência a gente já colocou que ela seria exatamente para estimular ações que

nós pudéssemos tomar. Acho que foi extremamente importante. Tivemos ausências, nós convidamos também outros órgãos, convidamos a OAB, convidamos a Defensoria Pública, o Ministério Público veio porque acionamos aí o Plínio, que é uma pessoa que eu conheço. Convidamos a Apeoesp também, por conta da questão educacional. Perdemos, talvez, poderíamos ter convidado a própria Secretaria Estadual de Educação, que deixamos de fazê-lo, talvez tenha sido um erro nosso, mas, enfim, foram convidadas pessoas. E aquelas que vieram aqui, contribuíram muito para que nós pudéssemos avançar nesse nosso debate.

Eu acho que as leis a gente tem, o problema é a aplicabilidade delas. Eu acho que isso que é falho, deputada Marta. As leis existem... precisa aplicar de forma efetiva. Essa questão do Facebook e do Google, eu acho que falta essa aplicabilidade.

Eu acho o seguinte, eu vi aqui, nós temos vários encaminhamento que nós podemos, depois, como bem disse o deputado Raul Marcelo, discutirmos talvez um pouco melhor em uma outra reunião, não é, deputado Carlos Bezerra? E tirarmos de que maneira nós vamos atuar.

Primeiro, o Ministério Público, eu acho que isso deve ser consenso de todos nós que nós temos que encaminhar isso para o Ministério Público. Agora eu queria adicionar algumas coisas, além dos conselhos tutelares, que eu acho que precisam ser acionados também, cobrar deles uma iniciativa nesse sentido, porque a Érica disse que falou com o conselho tutelar lá do bairro e que não viu nenhuma iniciativa nesse sentido. Os conselhos tutelares estão lá para isso. Se trata-se de adolescentes, eles têm que fazer aquilo que determina o Estatuto da Criança e do Adolescente. Essa é uma questão.

Outras questões eu acho que a gente precisa ter é o trabalho junto a algumas secretarias, isso que a gente chama de intersetorialidade entre as secretarias, a Secretaria da Justiça, Secretaria da Educação, Secretaria da Saúde, o próprio Ministério Público para gente poder fazer um trabalho que junte todos esses agentes e possa propor que tipo de ação nós vamos ter. Seja nas escolas, seja nos bairros, seja com os agentes de saúde que lidam com esse universo no seu dia a dia, nessa realidade no seu dia a dia.

E, claro, vamos tentar notificação judicial do Facebook e do Google também, para que eles tenham celeridade na retirada disso. Como é que pode deixar meses, meses e meses essas imagens.

Isso que o deputado Telhada falou, eu fico, às vezes, eu abro meu Facebook, às vezes, vejo uma imagem, imediatamente eu delete aquilo, mas eu delete do meu, vai saber dos outros. E denuncio. Tem lá um campo para você denunciar. Agora a gente não acompanha se foram tomadas providências.

Nós tomamos as nossas, mas será que eles tomam as deles? Então eu acho que, talvez, uma visita da Comissão à Procuradoria Geral da Justiça seria importante no sentido de vermos, e também à Defensoria Pública, ou visitando, convidando para vir até a Comissão, aí o modo como vamos operar isso é uma definição que nós vamos ter coletivamente, mas eu acho que nós precisamos de avançar nisso. O deputado Carlos Bezerra está sugerindo uma CPI, eu acho que a gente pode avaliar também da importância de se instalar uma CPI para apurar.

O fato é o seguinte: isso está aumentando muito, e alguma atitude precisa ser tomada. Porque a proliferação não é em progressão aritmética, e em progressão geométrica. Já não são mais dezenas e nem centenas, são milhares de casos na internet. Eu acho que não podemos nos omitir diante de pessoas que estão sendo massacradas, humilhadas e que sofrem, que destroem família e que levam pessoas até ao suicídio, como foi trazido aqui por vocês. E outros tipos de sofrimentos tão grandes provocados por essa exposição criminosa. Isso é um crime e nós precisamos combatê-lo como tal também.

Agora, paralelamente a isso, deputado Telhada, não basta só combater o crime. É preciso também colocar medidas capazes de trabalhar preventivamente do ponto de vista de campanhas educativas, de campanhas de divulgação, de orientação, eu acho que o governo, em todas as esferas, tem obrigação de fazer isso, de alertar. O senhor mesmo disse que as famílias, às vezes, nem ficam sabendo. Elas mesmas disseram que as famílias, às vezes, nem tomam conhecimento.

Então eu preciso trazer luz a esse debate para aí, sim, podermos tomar atitudes que sejam mais adequadas.

O SR. CORONEL TELHADA – PSDB – Dentro do que o deputado Raul Marcelo propôs, eu concordo, é encaminhar isso ao Ministério da Justiça. Eu acho de suma importância isso.

Eu acho que é um passo importantíssimo até para futuras leis a serem criadas e tudo mais. Concorde, Raul?

O SR. RAUL MARCELO – PSOL – Concordo. Eu vou ser bem objetivo. Eu vou precisar sair da reunião, eu tenho plenário ali. Eu quero cumprimentar o Dr. Plínio, aos nossos amigos, a Beth.

Só para poder fechar aqui, eu acho que tem duas coisas, uma é a identificação dos autores, concordo com o deputado Telhada, nós temos que encaminhar isso ao Ministério Público, os casos que foram levantados aqui hoje, a Comissão teve notícia de um crime, nós temos que dar andamento a isso.

E a outra questão é a pressão, e aí eu acho que tem que ser Ministério da Justiça, pedir para a assessoria fazer um relato da nossa reunião e mandar para o ministro da justiça cobrando, porque o Google entrou no Brasil e o Facebook entrou no Brasil, está no território nacional, que tenham celeridade na retirada dos conteúdos. Daí nós resolvemos a questão. Tem que retirar os conteúdos, que aí eu acho que está o grande problema hoje.

O Dr. Fernando disse que a identificação dos autores até que está conseguindo ser feita, não é?

O SR. PRESIDENTE CARLOS BEZERRA JR. – PSDB – Eu fiz mais ou menos uma síntese de tudo aquilo que os deputados colocaram, sugeriram, para, então, a gente fazer um encaminhamento aqui. Como nós temos quórum, a gente vota esse encaminhamento, votamos os ofícios.

A primeira coisa é a seguinte: um ofício ao ministro da justiça notificando o caso, explicitando a preocupação com a legislação. E o que mais?

O SR. RAUL MARCELO – PSOL – E com a demora da retirada dos conteúdos.

Que na verdade tem descumprimento da legislação pátria aí, que a Constituição Federal é clara ao direito de privacidade e tudo.

O SR. CORONEL TELHADA – PSDB – Responsabilidade também.

A SRA. BETH SAHÃO – PT – Exato. E se o Facebook e o Google trabalham em território nacional, eles têm que estar submetidos à lei nacional.

O SR. RAUL MARCELO – PSOL – Presidente, poderia incluir também o Youtube.

A SRA. BETH SAHÃO – PT – E Whatsapp que também tem muito.

O SR. PRESIDENTE CARLOS BEZERRA JR. – PSDB – Dr. Fernando, nós estamos discutindo o conteúdo do ofício a ser encaminhado. O senhor gostaria de acrescentar algo mais?

O SR. FERNANDO DE PINHO BARREIRA – Se possível, sim. Eu concordo com vossa última afirmação. O cumprimento da decisão judicial que vem sendo ignorada.

Concordo também com Vossa Excelência, as leis também não são o que poderiam ser. Então tem espaço para o legislador federal melhorar isso, sim.

Então eu concordo com Vossa Excelência, eu acho que tem que se oficializar. Talvez, se pudesse, se me ousarem permitir adentrar na área educacional, poderia, talvez, uma referência rápida ou uma cartilhazinha, para ser multiplicada pela Secretaria de Educação, ensinando essas pessoas que às vezes se sentem acolhidas, primeiro, dizendo que isso está errado, que não se pode fazer e o que fazer quando for vítima. Isso deve ter um efeito saneador bastante significativo.

Eu faço parte da Comissão de Crimes de Tecnologia e Direito Eletrônico da OAB, nós podemos, se for de interesse da Comissão, desenvolver essa cartilha em parceria com Vossa Excelência.

A SRA. BETH SAHÃO – PT – Claro.

O SR. PRESIDENTE CARLOS BEZERRA JR. – PSDB – Seria bárbaro. E a Comissão pode produzir isso em parceria e nós distribuímos.

O SR. FERNANDO DE PINHO BARREIRA – E multiplicado. Então eu vou levar essa discussão à nossa presidência da comissão. Mas considerem o voto feito. Isso seria muito interessante, uma coisa pequena, rápida, ilustrada.

O SR. PRESIDENTE CARLOS BEZERRA JR. – PSDB – Então vou colocar votos. O primeiro ofício, o ofício ao ministro da justiça e que tenha os conteúdos que aqui foram discutidos. Em discussão, encerrada a discussão. A votos. Os deputados que concordarem, permaneçam como estão. Aprovado, então, o primeiro ofício encaminhado ao ministro da justiça.

O segundo ofício seria direcionado aos conselhos tutelares da região dos casos envolvidos que foram trazido à essa Comissão para notificação dos mesmos e solicitação e questionamento quanto às providências tomadas com relação a estes tipos de casos. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, encerrada a discussão. A votos. Os deputados que concordarem, permaneçam como estão. Aprovado.

Terceiro ofício seria direcionado à Secretaria de estado da Educação e à Secretaria de Estado da Saúde. Solicitando, nós discutimos aqui solicitando capacitação, sensibilização e treinamento...

A SRA. BETH SAHÃO – PT – Isso, de pessoal especializado para lidar com essa nova realidade.

O SR. PRESIDENTE CARLOS BEZERRA JR. – PSDB – É isso. Ok? Em discussão. Não havendo oradores inscritos, encerrada a discussão. A votos. Os deputados que concordarem, permaneçam como estão.

Também um ofício para a OAB, seria a Comissão...

O SR. FERNANDO DE PINHO BARREIRA – De Direito Eletrônico e de Crimes de Alta Tecnologia...

O SR. PRESIDENTE CARLOS BEZERRA JR. – PSDB – Pode ser dirigido ao senhor?

O SR. FERNANDO DE PINHO BARREIRA – Pode ser. Secretário geral.

O SR. PRESIDENTE CARLOS BEZERRA JR. – PSDB – Essa Comissão dirige esse ofício ao secretário geral solicitando uma parceria na confecção de uma cartilha de orientação ao cidadão com relação à temática. Em discussão.

O SR. RAUL MARCELO – PSOL – Vou sublinhar aí. Com um perfil mais adolescente também. Não só com o linguajar. Ao cidadão, mas barra juventude, adolescente.

A SRA. BETH SAHÃO – PT – Adolescente mesmo.

O SR. PRESIDENTE CARLOS BEZERRA JR. – PSDB – Eu acho que especialmente isso poderia ser a Secretaria de Educação, poderia trabalhar isso, inclusive, com mais especificidade.

O SR. – Par entrar com as cartilhas na escola nós precisamos ter autorização da Secretaria de Educação, então vai ter que ter uma interlocução aí.

A SRA. BETH SAHÃO – PT – Talvez possa ser elaborada a quatro mãos.

O SR. PRESIDENTE CARLOS BEZERRA JR. – PSDB – Encerrada a discussão. A votos. Deputados que concordarem, permaneçam como estão. Aprovado. A questão da notificação judicial do Facebook e do Google.

O SR. – Extrajudicial a princípio. Isso poderia ser feito nesses casos como um todo. Talvez nós fizéssemos um trabalho de elencar os vídeos conhecidos, em lote notificá-los da responsabilidade de retirar o conteúdo.

O SR. PRESIDENTE CARLOS BEZERRA JR. – PSDB – Como é que nós podemos fazer isso, então?

A SRA. BETH SAHÃO – PT – Mas a Comissão pode fazer?

O SR. – Sim, a notificação extrajudicial, sim, em nome dos ofendidos. No ato da notificação a responsabilizá-los solidariamente pelo ato civil.

A SRA. BETH SAHÃO – PT – Nós temos condições de trazer à Comissão, de apresentar para a Comissão na semana que vem, vídeos que a gente já levantou e

nós temos alguns já disponibilizados. Nós vamos juntar todos eles e a gente põe nesse ofício extrajudicial que nós podemos encaminhar. Pode ser, presidente?

O SR. PRESIDENTE CARLOS BEZERRA JR. – PSDB – Está ótimo. Perfeito. Então fica acatada a sugestão da deputada Beth Sahão sobre a questão dos vídeos. Fica estabelecido o prazo limite da próxima sessão para apresentação de todos os vídeos envolvidos com a temática, e aí segundo a sugestão do Dr. Fernando, para que eles possam se transformar em um único lote de encaminhamento para que a notificação possa ser feita e aí nesse sentido nós solicitamos, inclusive, a possibilidade do Dr. Fernando nos auxiliar como Comissão de Direitos Humanos.

O SR. FERNANDO DE PINHO BARREIRA – Quando enviarem esse material nós preparamos esse volume.

O SR. – Importante também, dentro das providências que o senhor está adotando, encaminhamento ao senhor secretário de segurança pública dos crimes elencados solicitando a instalação de inquérito policial.

A SRA. BETH SAHÃO – PT – Antes da gente encerrar, depois. Nós estamos propondo o encaminhamento ao Ministério Público e estamos propondo também para a Defensoria Pública, que é mais ainda... parece que o Gaeco não cuida desses assuntos específicos. São outras atribuições do Gaeco.

O SR. PRESIDENTE CARLOS BEZERRA JR. – PSDB – Nesse sentido eu acho que cabe bem a sugestão da deputada Beth, de uma visita e um diálogo com o Ministério Público e com a Defensoria Pública para ver como é que a gente pode também trabalhar fortalecendo trabalho nesse sentido específico, com especificidade nesse tema dentro desses locais, que é fundamental. Senão cria o que você está dizendo, você cria um desequilíbrio de justiça, o cidadão que tem recursos acaba tendo acesso, o cidadão que não, acaba se perdendo na sua forma de encaminhamento.

O SR. PLÍNIO GENTIL – Eu quero sugerir também um ofício de denúncia desses fatos e de relato de tudo ao movimento do Ministério Público Democrático.

O SR. PRESIDENTE CARLOS BEZERRA JR. – PSDB – Ok. Também incluo um escritório de comunicação todos no mesmo lote, os mesmos escritórios ao Ministério Público Democrático, ao Ministério Público do Estado de São Paulo e à Defensoria Pública do Estado, ao procurador geral e ao defensor geral do estado.

A SRA. BETH SAHÃO – PT – Não temos quórum, mas vamos mandar. Que ninguém vai se opor a mandar.

O SR. PRESIDENTE CARLOS BEZERRA JR. – PSDB – E para que o encaminhamento do deputado Telhada pudesse ser feito com relação a crime, seria muito importante se vocês pudessem trazer alguma coisa documentada. Isso seria muito importante para nós. Seria importante.

O SR. HÉLIO NISHIMOTO – PSDB – Senhor presidente, em primeiro lugar, cumprimentar a deputada Beth Sahão por trazer o problema para essa Comissão de Direitos Humanos. Parabéns a Vossa Excelência, presidente, na condução dos trabalhos e também a todos que contribuíram nessa tarde com aquilo que trouxe de informações.

Mas dada a gravidade desse assunto e desses crimes aqui apresentados e que, sem dúvida, o desdobramento deve levar a muitas outras informações importantes e graves, eu imagino que a criação dessa CPI que Vossa Excelência mesmo citou, sabendo que a tramitação aqui também é demorada e sabendo também que essa discussão e essas investigações propostas elas não têm voltas mais, eu sugeriria iniciar esse processo da Constituição, CPI e começar já a trabalhar sobre isso paralelamente a tudo que foi aqui proposto para ganhar tempo. E isso daí, sem dúvida, vai dar maior poder, porque assim as empresas envolvidas e que se negaram a vir nessa primeira audiência pública elas terão, talvez, consciência de que precisam prestar essas informações ou a colaboração, caso contrário, diante de uma CPI elas podem ser duramente penalizadas.

Então eu sugiro que inicie rapidamente e paralelamente essas outras ações que já foram aqui aprovadas.

O SR. PRESIDENTE CARLOS BEZERRA JR. – PSDB – Sugestão acatada. Algum outro deputado deseja se manifestar? Eu acho que nós temos uma manifestação da plateia.

O SR. CARLOS HENRIQUE – Sou Carlos Henrique, eu sou da Associação Arte Artesão, eu estou abandonado com outra questão que às vezes a gente está discutindo a questão da imagem, a questão da pessoa que está sendo denegrida, hostilizada, mas a gente também está se esquecendo de um grande detalhe que estimula os nossos adolescentes, as nossas crianças a fazer tais coisas, por exemplo, as músicas obscenas que estão passando no nosso Brasil.

Ninguém toma uma providência, é uma ferida que ninguém parece que quer mexer. A gente vê uma criança de cinco anos cantando uma música do baile funk que é horrível, gente. São músicas obscenas! Eu não quero voltar na Ditadura Militar, mas eu acho que essas músicas também têm que ser revistas na sociedade, porque as nossas crianças estão aprendendo a cantar essas músicas e a questão do baile funk, por exemplo, que existe, é aberto, os nossos adolescentes vão, e nas escolas também. E a gente está discutindo uma coisa que às vezes uma coisa puxa a outra. E isso faz com que dá um incentivo aos nossos adolescentes.

Eu quero saber o que essa Casa pode fazer, contribuir, para ver isso também. Porque às vezes a gente está discutindo aqui uma questão, mas isso também influi. Dá uma influência muito grande para a nossa juventude.

O SR. PRESIDENTE CARLOS BEZERRA JR. – PSDB – Com certeza. É importante como informação, eu fiz um pedido de CPI para investigar o trabalho infantil. Aliás, essas músicas que as crianças cantam são cantadas por crianças que são exploradas no trabalho. Então eu acho que na CPI do trabalho infantil que deve abrir nos próximos dias, está ali um bom espaço para gente poder fazer essa discussão, que é, sem dúvida nenhuma importantíssima.

Agora essa é uma discussão super ampla, porque ela passa pela família, ela passa pela escola, ela passa pela educação...

A SRA. BETH SAHÃO – PT – Ela passa pela cultura.

O SR. PRESIDENTE CARLOS BEZERRA JR. – PSDB – Isso, ela passa pela cultura, passa por uma série de questões.

A gente vê os conteúdos e se preocupa com eles e tem, junto com isso, uma questão gravíssima que, infelizmente, por exemplo, não tem chocado as pessoas da mesma forma, que é a questão do trabalho infantil. Esses meninos estão sendo expostos a condições de trabalho absurdas e ninguém se choca com isso.

Os pais vão à televisão, os pais vão aos meios de comunicação e defendem, “olha, isso é maravilhoso! Até porque nós estamos ganhando dinheiro”. Enfim, é uma discussão ampla. Mas eu penso que o objetivo daquilo que nós queríamos aqui nessa sessão, nessa tarde, eu acho que foi atingido.

Então queria atingir aos convidados que estiveram aqui, mais uma vez cumprimentar a deputada Beth Sáhão, vice-presidente dessa Comissão, pela proposta, enfim, pela oportuna proposta. Agradecer aos convidados, agradecer aos deputados que participaram, que auxiliaram, enfim, isso vai dando uma dinâmica importantíssima para essa Comissão. Agradecer a presença da imprensa, enfim, das assessorias. Não sei se a deputada Beth Sáhão quer falar mais alguma coisa...

A SRA. BETH SAHÃO – PT – Não, só quero dizer que aquilo que ele levantou é um problema muito maior do que isso e nós precisamos nos debruçar sobre isso. Não é uma tarefa tão fácil assim para uma cultura tão disseminada, infelizmente. Mas temos que trabalhar nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE CARLOS BEZERRA JR. – PSDB – Complicado. Mas é isso, gente. Muito obrigado, está, portanto, encerrada a presente sessão.

* * *